Escrevivências:

rompendo o silêncio diante da opressão de mulheres

Organizadoras:
Ruth Maria de Paula Gonçalves
Niágara Vieira Soares Cunha

EDIÇÕES INESP

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

ESCREVIVÊNCIAS: rompendo o silêncio diante da opressão de mulheres.

Ruth Maria de Paula Gonçalves
Niágara Vieira Soares Cunha
Orgs.

ESCREVIVÊNCIAS: rompendo o silêncio diante da opressão de mulheres.

INESP
Fortaleza - Ceará
2023

Copyright © 2023 by INESP

Coordenação Editorial
João Milton Cunha de Miranda
Assistente Editorial
Rachel Garcia, Valquiria Moreira
Diagramação
Mario Giffoni
Revisão
Vânia Soares Rios
Capa
José Gotardo Freire, Valdo Costa
Ilustração da Capa
Foto Adobe Stock
Coordenação de impressão
Ernandes do Carmo
Impressão e Acabamento
Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

E74 Escrevivências [livro eletrônico]: rompendo o silêncio diante da opressão de mulheres / organizadoras, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Niágara Vieira Soares Cunha. – Fortaleza: INESP, 2023.
114 p. ; 1600 Kb ; PDF

ISBN: 978-85-7973-206-5

1. Trabalho feminino. 2. Desigualdades – Trabalho. 3. Violência contra mulher. I. Gonçalves, Ruth Maria de Paula. II. Cunha, Niágara Vieira Soares. III. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado.

CDD 305.4

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autores e fontes.

Inesp
Rua Barbosa de Freitas, 2674
Anexo II da Assembleia Legislativa, 5º andar
Dionísio Torres
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707
al.ce.gov.br/inesp
inesp@al.ce.gov.br

PALAVRA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

A participação das mulheres no mercado de trabalho acompanha as mudanças históricas, sociais e econômicas vivenciadas no mundo e no Brasil ao longo da história. A exploração da força de trabalho das mulheres e o acúmulo de funções dentro e fora do ambiente doméstico familiar contribuem com o machismo e são pontos que merecem atenção continuada da sociedade.

No contexto atual, temos uma luta árdua para o fim da opressão às trabalhadoras que convivem com múltiplas jornadas e condições precárias, o reconhecimento e formação de redes de apoio para as mulheres e a igualdade salarial entre homens e mulheres que cumprem uma mesma função.

Partindo das reflexões das mulheres do Projeto CINE-POESIA, os artigos que formam este livro são focados nas trabalhadoras e em suas relações com a arte - literatura e cinema - e a formação humana, estabelecendo um contraponto ao processo de exploração feminina na sociedade capitalista.

Visando o avanço para a construção de uma sociedade cada vez mais justa, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), orgulhosamente oferece aos cearenses mais uma publicação com objetivo de colaborar para a criação de soluções urgentes para os problemas que afligem nossa população.

Deputado Evandro Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PALAVRA DO DIRETOR EXECUTIVO DO INESP

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o "Edições Inesp" e o "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O "Edições Inesp Digital" obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de três milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O _*Escrevivências* _ é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital" e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

CAPÍTULO 1 - ELAS ESCREVEM... 15

UM MUNDO DE POTENCIAL NÃO DESENVOLVIDO: PERSPECTIVAS ACERCA DO TEMPO 17

EU SOU VOCÊ! 22

REFLORESTAR 25

POR QUE MÃE TRABALHA? 29

ESCREVIVÊNCIA DE DONA ANTÔNIA 32

Escrevivência de Dona Antônia... 32

QUANDO ACORDAR... 41

DOCES LEMBRANÇAS 43

CAPÍTULO 2 - ELAS PESQUISAM..... 45

TRABALHO, ASSÉDIO E GÊNERO: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS 47

Introdução 47

Método 49

Divisão sexual do trabalho, assédio moral e estereótipos de gênero 50

Violência no trabalho, mulheres e qualidade de vida 57

Considerações finais 61

Referências 65

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL, MULHERES E A LITERATURA 69

Introdução 69

Teoria da Reprodução Social, Mulheres e a literatura como forma de acesso ao cotidiano velado..... 70

Considerações Finais 77

Referências 77

OS HOMENS TÊM MEDO DE MULHERES DESTEMIDAS: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DA INSUBORDINAÇÃO FEMININA NO FILME "SILENCIADAS (2020)" 79

Referências 87

PUTA, VAGABUNDA E INTERESSEIRA: UMA ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA ACERCA DA NECESSIDADE DE UM FEMINISMO PARA TODAS 88

Introdução 88

Metodologia 92

Do que estamos falando? 93

O feminismo não é um só? 96

O feminismo liberal e a reprodução corrompida do ideal de igualdade que não alcança a todas..... 98

Para mudar as coisas, a gente precisa conversar 101

Conclusão 104

Referências 106

CAPÍTULO 3 - SOBRE QUEM ESCREVEU... 109

APRESENTAÇÃO

Ruth Maria de Paula Gonçalves

Niágara Vieira Soares Cunha

Não, o tempo não lhe fugiu entre os dedos,
Ele se guardou de uma mulher,
a outra...
(Conceição Evaristo – Na Mulher, o Tempo[1])

Os artigos aqui reunidos são fruto de reflexões de mulheres que participaram do Projeto *CINE-POESIA*: *a mulher trabalhadora na sociabilidade do capital* – que iniciou no final de 2020, em meio ao segundo ano da pandemia da COVID-19 –, sendo atravessados pelas incertezas diante da crise humanitário-sanitária que, ainda, perpassa a vida de cada um de nós. Dois projetos consubstancia a proposta em sua unidade, sendo o devir para o nascedouro dos textos aqui presentes, quais sejam: o *CINE POESIA* NUSOL: *mulher e trabalho na sociabilidade do Capital* – projeto de extensão vinculado à PROEX-UECE, sob a coordenação de Ruth Maria de Paula Gonçalves e supervisão, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE (UECE), do projeto de pós-doutorado, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Raça, Classe, Gênero e Sexualidade, da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, sob coordenação de Niágara Vieira Soares Cunha.

As atividades realizadas tiveram como centralidade a mulher trabalhadora e, por objeto, a relação entre a arte e a formação humana, particularmente, a literatura e o cinema, como elementos de contraponto ao processo de exploração da mulher no contexto de trabalho na sociabilidade capitalista. Para tanto, elegemos como foco de análise: poesias; filmes; documentários; ou mesmo poesias que saíram dos livros e ocuparam as telas de cinema. Tratava-se de uma atividade extensionista e de pes-

[1] Do livro *Poemas da Recordação e outros movimentos*, de Conceição Evaristo. Poema "Na mulher, o tempo...", p. 38, 2017.

quisa, por meio da qual se eveidenciaram as possibilidades da literatura e do cinema como elementos de debate/contraponto à desumanização decorrente da condição de vida e trabalho da mulher na sociabilidade contemporânea.

A base teórica foi respaldada pelas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, ancorada pelas elaborações de Marx e Engels, destacando intérpretes da teoria marxista, particularmente, as elaborações de Aruzza, Bhattacharya e Fraser; Eleanor Burke Leacock, e Gerda Lener, sobre trabalho, patriarcado, gênero, feminismo, mitos da dominação masculina; bem como os estudos de ARAÚJO (2020) sobre arte, DIÓGENES (2020) sobre literatura e DUARTE (2019) sobre cinema.

Leituras de base foram realizadas, culminando com o debate sobre os livros: *O feminismo para os 99%: um manifesto*, de Aruzza, Bhattacharya e Fraser; *O Mito da Dominação Masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*, de Eleanor Burke Leacock e *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, de Gerda Lener. Tais debates foram generosamente mediados por filmes, como *A Vida Invisível, Pacarrete e Que horas ela volta*?, entre contos e poesias com *Poemas da Recordação e outros movimentos (2017)*, *Olhos D´água* (2016), de Conceição Evaristo, e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada,* de Carolina Maria de Jesus (2014).

Dito isso, assinala-se que tanto o momento inicial – que destacava o referencial teórico – quanto o segundo momento – no qual foram exibidos filmes e documentários mediados por poesias sobre o tema mulher e trabalho–, consolidaram-se como um manancial de complexos debates uma explosão de produção de sentidos, nos quais temas históricos e atuais saltavam em cascata; ora em falas contundentes, ora em silêncios acolhedores, pausas para um momento posterior. O objeto de estudo esteve e está presente!

Com o livro em mãos, pode-se assegurar que a articulação entre ciência, educação e arte mostrou-se bastante profícua! Embora considerando as especificidades de cada complexo social, o entrecruzamento da riqueza de cada um em suas parti-

cularidades, possibilitou manifestações advindas da recepção artística, contribuindo de forma genuína, verdadeira, expondo a potência de vozes femininas participantes desse projeto, reunidas neste livro, que você, leitora/leitor, tem a seu dispor!

Leia e fale conosco!

Do tempo de todas as eras
Em que a voz-mulher
Na rouquidão de seu silêncio
De tanto gritar acordou o tempo
No tempo
(Conceição Evaristo)

Capítulo 1

Elas escrevem...

UM MUNDO DE POTENCIAL NÃO DESENVOLVIDO: PERSPECTIVAS ACERCA DO TEMPO[2]

Larissa Gomes Pereira

Eu sempre pensei muito. Minha terapeuta vive tentando-me fazer aceitar o que sinto sem refletir tanto, sem enfeitar. Porém, não tem graça para mim se não tiver sentido; preciso sempre tentar pôr em palavras tudo que me toca. Essa semana pensei muito sobre tempo e solidão. O tempo é uma variável louca que corre, enquanto tentamos dar conta da vida. A gente acha que tem tempo para tudo, que vai dar conta de tudo. Mas a morte lhe mostra que o tempo é limitado; é a variável limitante de todos.

Gosto quando alguém me lembra de que o deslocamento é, de certa forma, o tempo gasto entre um ponto e outro, entre quem fui e quem sou. Tempo que não volta, tempo que nos faz pensar arrependidos sobre o que fizemos ou deixamos de fazer. Eu sinto como se o tempo fosse tudo que tenho. No entanto, é algo que pode ser retirado a qualquer momento. Parece uma verdade dura de ser processada, mas acho que já pensei tanto sobre isso que, para além do medo de ficar sem tempo, tenho uma preocupação real de ser consciente de como utilizar as horas que me restam.

Na sociedade capitalista em que vivemos, somos bombardeadas pela noção desumana de que "tempo é dinheiro". Não, tempo não é dinheiro. Tempo é muito mais do que um símbolo monetário de mercado; o mercado é criação humana, uma construção que, sem humanos, não existe. Tempo para o humano é a possibilidade de existir. Entendo, então, a partir dessa lógica, que o capital nos tira a possibilidade de existir. Existir não enquanto uma trabalhadora que é explorada – porque só sobre todas nós a engrenagem se regenera –, mas existir sem necessidade de ser coisa alguma.

[2] Dedicado à minha mãe. Mãe, a senhora pinta e cria obras artísticas deslumbrantes; eu escrevo (graças à deusa Aurenir).

Por que, para existir, temos que ser tanta coisa, ter tanta coisa? Chegamos, aqui, sem nada e representamos tanta esperança apenas por nascer. Só que somos subordinadas por uma lógica deturpada que nos tira, a cada dia, a humanidade e nos torna uma reprodutora de um sistema que faz todas nós querermos nos matar, pelo menos uma vez na vida, enquanto só o que queremos realmente é viver. Recorde: diante da impossibilidade da vida, choramos e pedimos mais tempo. Barganhamos por tempo!

A verdade é que o capital, ou melhor, a acumulação de dinheiro, não consegue comprar aquilo que nos toma nosso tempo.

Nenhum dinheiro trará *vida* de volta.

Revolta-me, porque não falamos sobre a solidão daquelas que abdicam do próprio tempo por causa da impossibilidade da vida! Reproduzimos a ideia de que não é um fenômeno natural – o suicídio; realmente, não é! É um fenômeno social! No entanto, nada mais n-a-t-u-r-a-l, para uma sociedade desumana, do que produzir suicidas[3]. Esse fato escancara a ideologia que tenta mascarar um movimento real.

Eu abdico do meu tempo, se esse tempo é apenas uma agonia sem fim. Destruo a agonia junto à *vida.*

Talvez, esse seja um dos motivos de por que sermos ensinados, *a não falar sobre o suicídio.*

Poxa, o que fizemos de nós? Por que estamos aceitando ser tão limitados entre (im)possibilidades de sobreviver, enquanto dois ou três têm tecnologia para turismo espacial? Por que rimos e fazemos memes sobre o dono da *Amazon* agradecer, por nós mantermos a roda do capital girando?

~ eu quero vomitar

Pensar sobre o meu tempo, querer estar consciente das minhas ações e aproveitar o tempo que me resta. São condições negadas à maior parte de todas nós. E aí, vem alguém e me diz:

[3] MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

"Olhe para você! Está perdendo seu tempo discutindo coisas que não vão mudar. Está sendo besta."

No entanto, um fato que aprendi na terapia foi que tudo me afeta. O social me afeta. Todas as questões me afetam estar consciente de como e por que me afetam é a parte mais dolorosa e solitária. Não se separa sentido (sentir) da consciência (pensamento). O patriarcado subordina-nos e ilegitima-nos sobre o que sentimos; não falar sobre os sentidos e afetações faz a roda do capital girar!

O individualismo sem precedentes históricos leva-nos ao fim de uma noção coletiva que produz uma falsa ideia de que nada importa além de nós mesmos.

Mas tudo para além de mim: importa.

Eu sei que você também sente isso.

Somos todas negadas em nossa humanidade. Querer ser *humana* é um passo para além do individualismo. Individualismo é solidão. Nenhuma de *nós* aguenta o fardo de ser mulher sozinha. Se você parar para pensar, para se questionar, entenderá que a única coisa que temos é tempo. Mas vendemos (ou deixamos que roubem) nosso tempo, nossas liberdades e possibilidades de existir.

Falando por mim, embora me digam que sou uma sonhadora que gasta seu tempo de vida lutando contra estruturas que não vão mudar, prefiro escolher, conscientemente, o meu lado da história. Prefiro gastar as horas que me restam, lutando por existência, ao invés de sobreviver em um mundo apartado da realidade que nos embriaga com noções desumanas e ideias que levarão, em algum momento, à extinção da própria espécie e de um planeta inteiro.

Somos uma vergonha para o universo.

O tempo, essa incógnita que corre sem que ninguém a pegue, uma hora... Uma hora vai cobrar o que construímos. Estamos construindo nossa própria aniquilação. Boa sorte para quem tentar pagar em dólar, mas não acredito que o universo será, culturalmente, colonizado por uma raça tão *autodestru-*

tiva. Aos que estão no poder, sei o quão pequenos vocês são. O líder só é forte no imaginário; na realidade, vinte, cem, mil seguranças não vencem uma multidão, não vencem o povo e o poder das ideias.

Talvez, eu seja uma tola. Uma tola que acredita no poder de ideais humanitários, no poder dos livros, no poder do amor de mudar o rumo das coisas. Se, um dia, alguma outra mulher escrever sobre como a humanidade agora caminha para uma vida sustentável, digna e possível de real desenvolvimento, eu tenho certeza de que quem lutou para alcançar esse objetivo, não lutou apenas por si, lutou porque amou pessoas, porque entendeu que o mundo, talvez, acabe quando fecharmos os olhos, mas que, mesmo assim, é preciso, para poder descansar em paz, ter a certeza de que o mundo humano não se finde junto com a nossa existência.

Eu posso escrever o dia inteiro motivos para você acreditar que as coisas estão, não são. Posso tentar provar, fisicamente, que somos afetados pela linearidade do tempo, posso dizer como chegamos a esse ponto histórico e por que tudo parece imutável, mas acho que a arte que emanou de mim, há algum tempo explica melhor:

Há algo de intrínseco em ser humano
- Iari, sete de janeiro de 2021.
Como canta Duda Beat[2]:
"Porque cansei, meu amor.
Dessa procura por um nada!
Que só está aqui, na cabeça[4]"
Mas, na realidade
O nada é palpável, duro e *frio*.
Infelizmente, as pessoas consideram o nada uma opção.
Desgraça. Quanta desgraça.
Queria que todos pudessem sentir:
o calor do sol;
o pé no chão;
à esperança em outra pessoa;
uma conexão inexplicável;

[4] DUDA BEAT. Bolo de rolo. Brasil: DUDA BEAT, 2018. (3:53 min)

e a necessidade de dias melhores.
Sabe? Aquele fiapo de esperança que a gente vê quando alguém sorri do nosso lado?
Ou talvez, pelo menos, o alívio que a gente tem depois de chorar toda a *dor* do peito.
Nossa! .Como seria bom poder simplesmente chorar!
A gente nem tempo para isso tem.
Humanos lutando contra a própria criação: i-l-u-s-ã-o.
Alienados que não podem nem sequer chorar
Porque não há tempo, *nunca há tempo.*
No entanto, como disse Thanos[5]:
"Agora, não é tempo algum!"
E a-g-o-r-a, *não é tempo nenhum*?

[5] VINGADORES: Guerra Infinita. Direção: Anthony Russo e Joe Russo. Produção: Kevin Feige. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2018.

EU SOU VOCÊ!

Gleiciane Teles Cardoso

Essa é a história da vida de mais uma mulher forte, que passa despercebida aos olhos de outrem. "É só mais uma mulher que desempenha seu papel". Helena chora e, ainda assim, é forte. Helena procura as chaves das algemas invisíveis e cruéis que a detém até mesmo antes de nascer. E foi assim e é assim com outras Helenas. Helena desprende-se. Sai aos fins de semana com o marido para beber e dançar. Helena quebra o muro que existe entre o trabalho do marido e suas obrigações. É Helena quem administra o trabalho do marido. Helena usa de sua inteligência, e guarda e utiliza o dinheiro. Helena sempre sabe o que faz. É mulher corajosa. Independente. Sabe o que quer. Sua infância não foi fácil. Mas de qual mulher pobre e de família tradicionalista foi?

Helena era só uma criança e sentia uma vontade absurda de comer algo além de café e farinha, pois os tempos de Helena criança e Helena adolescente eram tempos de café com farinha. De fritar farinha com banha de porco para a mistura do almoço. O que tinha de diferente uma vez ou outra eram os biscoitos que seus pais ganhavam e que ela os furtava... Comia-os atrás dos caixões de farinha, abrigada do olhar furioso do pai e anestesiada pelo gosto raro que sentia daqueles biscoitos se desmanchando em sua boca.

Hoje, Helena já não os come mais. Depois que casou, sempre que queria, comia um biscoito, do jeito que ela queria, do sabor que ela gostasse e sem precisar se esconder. Helena trabalha nas casas dos outros, aguenta trancos e barrancos. Injustiças. Piadas. Indiferença. Mas continua. Helena sai aos fins de semana. Aproveita. Mas está lá, de pé, na madrugada, para iniciar a labuta de todos os dias. Todas as semanas. Todos os meses. Todos os anos.

Helena tem uma família pequena, duas filhas e um marido. Como eu queria que o peso do mundo não caísse sobre

os ombros de Helena. Como eu não queria ter aprendido sobre sofrimento e injustiças com ela. Como eu queria não ver Helena renegando a si mesma para cuidar do outro.

Helena foi uma criança e adolescente reprimida pelos pais. Naqueles tempos, a mulher deveria ser reservada de tudo e de todos, para que não corresse o risco de deixar sua virgindade em qualquer esquina, com qualquer homem que passasse. Hoje, depois de quatro décadas, não é diferente. Ou você faz parte das mulheres que fazem o que quer, porque a vida e o corpo é dela e não presta para casar, ou você faz parte das comportadas e do lar, que é ideal para o casamento. E enquanto isso se perpetuar, as Helenas irão se estranhar. Separadas em caixinhas, não entenderão que a luta é única.

O que cabia a Helena era ficar em casa, zelar pela segurança, pela comida pronta quando os pais chegassem, pela casa organizada e pelas roupas lavadas. Helena ficava só em casa. Um casarão em um interior desses em que se encontram todos os tipos de pessoas. Qualquer estranho que viesse bater na porta de Helena, ela só conseguia fugir pelos quintais da casa. Com medo e sozinha, tomava os "matos" e ia procurar abrigo. Helena era só uma criança, uma moça, uma adolescente, que não viveu a vida. Helena aguentava firme e calada as broncas e as piadas.

Como eu queria que Helena tivesse sido compreendida. Helena só trazia dois sonhos: de um dia escrever uma carta... E de poder dirigir seu automóvel. Mas, Helena não terminou nem o segundo ano do fundamental. Os pais priorizaram outras coisas na vida de Helena. Chegou a época de Helena casar, ter casa, cuidar da casa, do marido, das filhas, dos sogros, dos pais, dos parentes, do mundo inteiro se preciso. Helena precisa de dinheiro para comprar comida. Helena recebe o dinheiro do marido. Guarda. Administra. Compra comida. Compra higiene. Compra lazer. Compra vestimenta. Compra sobrevivência. E o dinheiro quase não dá.

Mas Helena faz milagre. Sai às 6 horas para trabalhar na casa dos outros, volta cedo, prepara o almoço, cuida da casa. Helena tem seu dinheiro no final do mês e o marido também.

Helena cuida de todo o dinheiro. Helena pede ao marido, o marido faz. Helena guarda dinheiro e compra estudo para as filhas. Caderno. Lápis. Mochila. Fardamento. Notebook. Conhecimento e Liberdade. Helena dá às filhas o que os pais dela nunca puderam dar. Helena paga as contas. Faz contas. Guarda dinheiro. Economiza. Paga o vestibular da filha mais velha. Helena ganha a alegria de ver sua filha na faculdade.

A filha, além de saber escrever cartas, hoje, escreve literatura científica. Helena trabalha dia e noite na casa dos outros e na roça com o marido. Luta. Compra. Paga as contas. Guarda um pouco de dinheiro. Coloca a filha mais velha na autoescola. Hoje, ela tem uma filha habilitada. Sabe dirigir um automóvel.

Helena vê sua segunda filha entrar na faculdade. Helena chora. Helena guarda mais dinheiro. E coloca sua segunda filha na autoescola. Mais uma filha que sabe dirigir automóvel. Helena tem todos os sonhos do mundo para suas filhas e, com muita luta e incompreensão, busca fazer das "tripas" o coração para que nada falte. Helena não abaixa a cabeça e sofre por isso. Mostra as filhas que valem a pena. Rompe as amarras. Arrebenta as correntes. Ainda faltam tantas Helenas ao seu lado, mesmo que existam Helenas que são Joanas. Ela continua.

Helena, uma mulher que, antes, tinha apenas dois pares de roupa para ir aos eventos, hoje, possui dezenas. Helena olha-se através de outras, olha-se em outras, e isso é genuíno e aterrorizador; é a constatação de que se não forem todas as Helenas, as Marias, as Conceições, as Aparecidas... As Margaridas... Não será possível romper esses grilhões. Boa sorte na vida, Helena. Eu sou você!

REFLORESTAR

Sâmia Maria Tomás dos Santos

Quando Dandara tinha 14 anos, via poucas referências de meninas parecidas com ela nos livros, na televisão. E, apesar de se considerar bonita, muitas vezes, desacreditava de sua beleza pelas situações que acontecia no seu cotidiano.

Certa vez, na escola, a professora de História ensinava sobre o "descobrimento" do Brasil, falando sobre a invasão dos portugueses e a colonização dos indígenas. Na oportunidade, Dandara ficou um pouco chateada por perceber que nenhum dos seus colegas, tampouco a professora, questionaram sobre o que ocorreu nessa invasão: a exploração das terras; a tentativa de embranquecer toda a cultura; a religião; e o modo de viver dos indígenas. Ficou pensativa, com vontade de relatar a sua indignação para todos da sala, mas não estava confortável com a situação e, ainda, tinha dificuldades de se expressar na fala. Então, preferiu ficar no seu silêncio com o questionamento só para ela.

Nos ambientes que ela frequentava, percebia que muitos dos seus amigos da escola, do seu bairro e da sua família tinham características diferentes, que eram ensinados sobre a beleza sempre vista na televisão, nas propagandas, nas revistas. Essa gente com pele clara, com cabelos sempre lisos, com traços diferentes dos dela, comportando-se, vestindo-se... Tudo isso era incomum para Dandara, que, apesar da dureza de sua realidade, achava o povo do seu convívio diferenciado, cheio de personalidades, com estilos próprios e a galera de muita correria para viver. Não entendia como essas pessoas não estavam nas mídias, trabalhando nas grandes empresas em cargos de chefia, ocupando grandes espaços, já que é a maioria. Apenas sentia-se representada por essas pessoas que estavam na luta do cotidiano junto a ela.

As memórias de sua infância sempre estavam presentes, até porque tudo que o que se passa são construções. Lembrou-

se de quando tinha vergonha de dizer que gostava de pagode, porque relembrava uma fala do colega Lucas: "pagode é coisa de preto, e preto não presta". Isso lhe constrangeu tanto que ela passou a não escutar mais em público, só na sua casa, onde se sentia confortável. Apesar de que, quando foi se situando mais de suas origens, percebia que sua família vivia um processo de embranquecimento, sem nem aperceberem-se onde seus tios e tias se relacionavam com pessoas de pele mais clara; fato muito comum no Brasil, por conta do estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, onde a miscigenação ocorreu de forma dramática. Dessa forma, nas periferias, havia muito dessas misturas.

Lembrou-se, também, de quando tinha que sair sempre arrumada, principalmente se fosse para um lugar frequentado por mais pessoas brancas. Porém, normalmente, sentia-se, ainda, desconfortável e não pertencente àquele local. Ficava se questionando o porquê daquele desconforto e ficava lutando contra esse pensamento de não pertencimento, pois, aos poucos, começava a perceber que era isso que aquela gente queria: que ela se reconhecesse como inferior a elas.

Quanto mais o tempo passava, maior era a sua indignação com a realidade das pessoas ao seu redor. Seus amigos e amigas vendiam seu tempo trabalhando para grandes empresas e não tinham direito nem aos feriados, ou lutavam para conseguir emprego. Poucos, que até tinham ingressado em uma universidade, não possuíam muitas opções e, muitas vezes, tinham que sair da sua área de formação para conseguir algo. A lembrança, que tem de sua mãe é de ela sempre na correria de trabalho, sem tempo de ficar com a família, pois tinha que sustentar os filhos, sozinha, fato que se tornava natural onde morava, em que a maioria das pessoas cresciam sem a presença do pai, e as meninas bem novas tinham filhos.

O lazer e o tempo livre são raros para essa gente, que sempre vive na correria, onde o cotidiano passa despercebido ao seu redor; as pessoas que sempre passam por você a caminho do trabalho, a imensidão do mar, a brisa no rosto, o céu azul... Acordam todos os dias pela manhã, junto ao nascer do sol, e

não entendem a beleza do que é viver, pois, para essas pessoas negras, a vida vem se mostrando, desde os seus antepassados, com muito sofrimento e muita luta, por conta de um sistema onde estão inseridas, que te tira o tempo de passar com a família e de fazer coisas que lhe deixam bem, escutando música, dançando, viajando.

Isso é raro pra esse povo, que sempre está servindo quem tirou tudo da gente; colhendo e plantando, e quem engorda são eles; trabalhando de forma intensa, com poucas folgas; não vivendo suas vidas de maneira que gostariam. E, muitas vezes, não se percebe na situação de oprimido. Esse sistema capitalista opressor faz com que as pessoas acreditem que sua realidade depende só de si próprias, sentindo-se culpadas e totalmente responsáveis pela situação de sua vida.

Dandara vai percebendo – através de toda construção no seu bairro, na sua família, na escola, em todos os ambientes que convivia – que tudo isso é fruto de uma tentativa de embranquecer uma população de maioria negra e indígenas, ignorando sua cultura, sua religião, o seu comportamento, o tipo de cabelo que gostava de usar, e que as pessoas achavam estranhas as roupas que ela usava quando mais nova para tentar se encaixar na cultura europeia. Até os sonhos, os brancos querem que todos sigam e acreditem que são nossos planos também. Baseado nisso, ela foi se desconstruindo e se construindo durante a decisão que teve de conhecer mais a sua cultura, entendendo-se a partir de seus antepassados, das coisas que gostava. Queria se sentir representada e se orgulhar do seu povo; no entanto, sentia raiva, pois tudo isso lhe fora tirado desde muito novinha. E como isso é tão forte, tão incutido na nossa cabeça, que a gente passa a agir como se fosse algo natural.

A sua construção foi a partir desses fatos, muitas vezes, dolorosos, mas agora, com 26 anos, de muitas lutas e conquistas, ela percebe a influência de ter tido a oportunidade de ler livros de autoras negras, de ter ingressado em uma universidade onde existiam professores negros – apesar de ser a minoria –, fatos que fizeram toda a diferença na construção de sua identidade. E, apesar de tudo isso, entende que a maioria do seu povo

ainda não tem acesso a várias dessas coisas, que deveriam ser básicas para toda a sociedade; entende que foi usurpado o mínimo, deixando a educação desigual entre ricos e pobres, para que aqueles que não têm condições nem aprendam a se questionar sobre toda a construção de desigualdade no país.

Hoje, entende e percebe a dureza das dores das pessoas ao seu lado. Agora compreende que a vida de sua avó – que, quando pequena, achava chata e estressada – foi de muita dureza: uma mulher negra sustentar dez filhos, sozinha, em um país racista, sem nenhum tipo de afeto… E sua mãe, que não estava muito presente em vários momentos de sua infância, pois tinha que trabalhar.

Enxergar tudo isso foi um processo bastante doloroso para Dandara. Mas ela sabe da força e da importância de não parar de lutar; que embora cansativo, nunca pode deixar alguém silenciar a sua voz. Isso é muito significativo para o seu povo, e, como diz Conceição Evaristo: "eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer".

POR QUE MÃE TRABALHA?

Clara Regina do Nascimento Evangelista

Sempre me indagava sobre por que mamãe trabalhava e nos deixava aos cuidados de outrem. Lembro que a primeira cuidadora foi minha avó materna, a mãe Gonçala. Ficava aos seus cuidados para que minha mãe pudesse trabalhar.

Confesso que, embora cercada do afeto dos meus tios, que moravam na casa dela, achava estranho e sentia falta da minha mãe. Via algumas mães da vizinhança com seus filhos, e eu me perguntava: "cadê mamãe que não fica comigo como aquelas mães?".

Um sentimento de carência materna parece descrever o que sentia na época, permeada pela sua ausência. Também sinto presente a forma como minha mãe se esforçava para ser presença quando estávamos juntas.

Quando minha irmã nasceu, recordo da licença maternidade, tempo em que ela pôde ficar com a Claudinha e comigo. Minha irmã, para mim, era como uma boneca viva. Senti um pouco de ciúmes na sua chegada, já que necessitava de maior atenção do que um bebê solicita.

Ontem, quando revia as fotos da minha mãe comigo recém-nascida, pude perceber que ela me olhava de uma forma especial e que nosso momento era especial. Como me segurava e olhava para mim, sua primogênita, com tanto afeto!

Pensei: "como terá sido a minha espera, gestação, parto e descobertas?". Para algumas perguntas, não terei respostas, já que ela partiu e as levou junto.

Passado esse momento de nostalgia, eu parei para refletir que não aproveitamos algumas oportunidades para conhecer nossa história. Inundei-me de emoções diversas e que, após choro e risos, cessaram.

Após esse pausar do trabalho, eu retomo a questão. Quando mudamos de cidade, a nossa vida ganha um novo cenário.

Saímos de Fortaleza em direção a Porto Velho, onde arriscaríamos um novo futuro rumo à exploração do garimpo. Hoje, eu penso que minha mãe foi corajosa ao acompanhar meu pai nessa jornada.

Moramos, primeiramente, no interior, na cidade de Ariquemes, pequena e próxima à capital. Fomos acolhidos por esse novo lugar. Lá, nossa primeira morada foi em uma república: muitas famílias no mesmo ambiente e de lugares diversos vivendo coletivamente.

Desta época, lembro-me da tal polenta que a senhora proprietária fazia para o almoço, o cheiro do chimarrão e do quintal de barro.

Quando chegamos, não havia energia elétrica, água encanada, rua asfaltada; as casas eram de madeira, com banheiros externos. Tudo tão diferente da minha última morada.

Minha mãe, como técnica de enfermagem, buscou trabalho na prefeitura como agente comunitária de saúde. Saía toda manhã de bicicleta para trabalhar. Eu ia para a escola, e minha irmã ficava com alguém que não consigo lembrar o nome.

Ao mudarmos para a capital, minha mãe passou a trabalhar em um hospital de Medicina tropical, pois havia passado em um concurso público. E eu e minha irmã, já grandinhas, éramos cuidadas por uma senhora que foi morar conosco.

Apesar das rotinas de plantões, minha mãe sempre cuidava dos afazeres de casa, almoço, arrumação e dos nossos cuidados pessoais. De onde tirava tanta força e coragem para dar conta de tantas coisas?

Na sua correria diária, muitas vezes, não pôde nos acompanhar nas rotinas de escola, atividades, esportes e festas. Isso me incomodava, pois achava que ela poderia, se quisesse, acompanhar minha rotina.

Minha compreensão sobre o fenômeno do trabalho era rasa. Esse sentimento carreguei comigo, e dizia que tentaria estar próxima e acompanhar minha filha.

Às vezes, nem tudo ocorre como idealizamos, e quando minha filha nasceu, eu trabalhava no comércio. Esse sonho

colorido já se desfazia; não havia condição de ser materna ex--clusivamente.

Imaginei que minha mãe poderia ter passado por isso. Que dilema! Agradeci por tanta entrega e amor que ela deu a mim e à minha irmã.

Como as mães precisam ser várias e precisam tirar energia para desempenhar tudo com perfeição e eficiência!

Da forma vivencial, fui valorizando o ser mãe, que trabalha e tem tantos papéis a cumprir. A maternidade não romântica se apresentava para mim. Que os filhos possam reconhecer tanta renúncia e amor.

Afinal, mães precisam trabalhar para sobreviver a uma cultura machista, opressora e que nos oferta a subalternidade.

E como as mães trabalham...

ESCREVIVÊNCIA DE DONA ANTÔNIA

Mônica Maria de Mesquita Matos

> "Quando estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem à memória a função que as mulheres africanas – dentro das casas-grandes, escravizadas – tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos" (Conceição Evaristo – Entrevista na Tv Brasil).

Quando li os escritos de Conceição Evaristo, pela primeira vez, não percebi a potência das palavras. Quando, em certo momento, fiz uma análise da história de minha mãe, daí, fez todo o sentido para que eu me vestisse de coragem e acolhesse a oportunidade que surgiu no grupo de estudos[6] em que participei, com o projeto Cine-poesia. Então, passei a relatar com muita cautela as vivências de dona Toinha e a reviver alguns momentos difíceis, mas com o intuito de contribuir na construção de um livro feito por mãos de mulheres incríveis. Aqui estão relatos de uma vida rebuscada de entrega, subversão, omissão, resistência, alegria e fé.

Escrevivência de Dona Antônia...

Nascida na cidade de Ipu, município do Ceará, em 25 de novembro de 1940, Toinha, como é conhecida desde sempre, tem pais agricultores e oito irmãos. Vivos, apenas três. Toda a família se dedicou por toda a vida à labuta com o roçado – menos Toinha.

[6] Grupo de Estudo e Pesquisa em Raça, Classe e Sexualidade (GERCLASSE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Com vagas lembranças de sua infância, recorda-se bem de seu pequenino lugar, chamado Damião, e de suas andanças com sua mãe, Mônica, nas tarefas diárias, como carregar trouchas de roupas na cabeça para lavar no rio, e no adubo do pequeno roçado no quintal de casa. Constantemente, lembra-se de sua mãezinha e de sua fisionomia frágil e, ao mesmo tempo, forte; do seu jeitinho meigo e, ao mesmo tempo, xucro.

A protagonista dessa história real nunca foi muito de querer aprender, de estudar; apenas aprendeu a escrever o nome para assinar os documentos. Sempre foi resistente pelas inúmeras dificuldades de permanecer na escola.

Como se sabe, nessas comunidades, todos se conhecem ou conhecem parentes dos parentes, e, em Damião, não seria diferente. Em meados de 1961, uma jovem, que visita alguns familiares na localidade vizinha, chega à casa de dona Mônica e relata que seus pais precisam de uma moça para fazer todas as atividades da casa por apenas um mês. Dona Mônica não pensa em ninguém no momento, mas, depois – conversando, em seu casebre, com o Sr. Francisco, seu companheiro –, decide que Toinha pode ir para Sobral, já que seria por pouco tempo, mesmo que ela tivesse apenas 13 anos de idade.

Toinha, sem ao menos ser questionada sobre sua vontade de deixar seus pais e irmãos, apenas obedeceu à determinação imposta. Ela, com medo, insegura e triste, arruma as malas e chora muito pela decisão de seus genitores.

Chega o dia da viagem – e do rompimento de laços de afeto, de acolhimento e de segurança, pois, o lugar onde ela nasceu e que nunca pensou em se despedir, ficaria apenas na lembrança.

Chegando a Sobral, Toinha atrai olhares de todos por ser uma garota bonita, de pele clara, cabelos pretos compridos, sorriso fácil – mesmo que, por dentro, o coração esteja em frangalhos –, tímida e sempre à disposição para tudo e para todos – mesmo contra sua vontade. Aqui se inicia a trajetória de uma vida imposta por seus pais, que entregam a vida de sua filha para ser conduzida por outra família – a dos patrões.

Passou-se o mês do acordo, conforme fora acertado entre os pais e os novos responsáveis pela pequenina menina. Ocorre que – como a família que estava com Toinha teria uma condição financeira bastante confortável, diferentemente da situação dos seus genitores – o casal lhes oferta uma quantia bem mais atrativa, a ser paga mensalmente, para que a menina continuasse a fazer os trabalhos direcionados a ela.

E é nesse ambiente oportuno que o sistema capitalista se apresenta. Nas entrelinhas dessa história, acontece a divisão da sociedade em classes, em que os indivíduos, por acharem que têm um poder aquisitivo maior que o dos pais de Toinha, acreditam que podem tê-la para fazer da menina uma pequena empregada doméstica. Isso, é, nitidamente, resultado de uma herança de um país escravocrata como o Brasil, que se construiu pelas mãos de um povo na condição de escravos, o povo negro escravizado. Dessa forma, pela falta de oportunidade e dificuldade de acesso a qualquer tipo de conhecimento, em sua maioria, as mulheres tornam-se empregadas domésticas.

Assim como Toinha, inúmeras mulheres trabalham nessa condição, recebendo uma quantia ínfima em troca de um trabalho em demasia e extenuante, em um ambiente de exploração, danos corporais, assédio, intimidação e desvalorização de uma função tão árdua e excluída.

O tempo passa, a menina cresce: 15, 16, 17, 18... E nada muda, apenas, as estações, os endereços. Vem a notícia de que o seu pai havia falecido, e o contato com sua mãe é cada vez mais restrito. No inverno de 1963, o patrão de Antônia falece, e, no ano seguinte, sua esposa, a senhora patroa, com a saúde já abalada, morre, tendo tido todo apoio, cuidado e afeto da jovem moça – algo que nem seus próprios filhos tinham com seus pais. Com o falecimento do casal responsável pela moça, ela pensa em voltar para sua casa, mas já não existe qualquer vínculo com sua mãe e irmãos.

Os seis filhos do casal, em nenhum momento, atentaram para a situação da jovem. Ela – que não tinha nenhuma perspectiva, absurdamente vulnerável e sem nenhum apoio social, moral e financeiro – saiu de mãos atadas e vazias.

Uma sobrinha do casal falecido soube da situação da moça e lhe propôs a mesma condição de abrigo e alimentação; em troca, a jovem seria babá de seus filhos e empregada doméstica, condição que perdurou por um período de cinco anos, sem receber nenhuma remuneração. Mais uma vez, a história de exploração, subversão e desalento repetia-se.

Os raros momentos de alegria de Toinha eram quando, à noite, sentava-se à beira da calçada com outras companheiras de luta, e cada uma partilhava sobre suas histórias, risadas, revoltas e tristezas. Toinha e suas amigas chegam a frequentar um clube de dança, onde há festas nos fins de semana. Local onde ela conhece um jovem, e eles passam a se encontrar raramente.

A vida de Toinha era sempre essa peleja diária de cuidar dos filhos, da casa, da alimentação de todos os indivíduos daquela residência. Repetidamente, a mesma rotina: trabalho, empenho, estendendo-se por cinco anos nessa vida de omissão e abandono de outros e de si mesma.

A novidade na família é que o filho mais novo do casal, que era responsável por Toinha, iria se casar e residir em Fortaleza. Antônia segue sem a mínima autonomia sobre sua vida, quando, surpreendentemente, o jovem noivo e advogado vai até a casa de sua prima e procura por Antônia e lhe faz um convite: que se ela for com ele para a capital, ele promete que seus serviços serão remunerados com um salário mínimo, alguns benefícios e tudo que lhe é de direito. Toinha acredita no que lhe é oferecido e aceita com alegria, já que não recebia nenhuma quantia na casa em que residia.

Toinha continuará com a sua mesma labuta, agora em Fortaleza. O novo casal com quem a jovem vai partilhar a vida são, no início, pessoas agradáveis e têm uma ótima relação com a nova funcionária. Nos dias de folga, Toinha faz visita a amigos que reencontrou e que residem em outro bairro e reencontra também seu namorado que ficou em Sobral.

A relação entre Antônia e seu parceiro se fortalece. Aos 39 anos, Antônia realiza seu matrimônio na igreja do bairro periférico da capital. Em pouco tempo, fica grávida. Aos 40 anos, torna-se mãe. A relação com o marido não é nada satisfatória,

devido aos problemas dele com o vício em álcool e apostas em jogos. Ele não cumpre o seu papel de marido e de pai.

Antônia – que, ao mesmo tempo, dedicava-se, construindo sua família – continua se desdobrando entre trabalho, marido e filha. No local onde residia, na periferia de Fortaleza, dividia a moradia com a sogra e outros integrantes da família do marido. Com a convivência, ficava, a cada dia, mais insuportável educar e cuidar de sua pequena naquele ambiente.

Com inúmeros conflitos e desgastes com seu esposo – que não fazia quaisquer esforços com a partilha das responsabilidades de pai –, Antônia não enxerga outra saída a não ser ter uma conversa com seus patrões e pedi-lhes para que aceitem que ela e sua filha passem a residir com eles.

Os jovens patrões aceitam a moradia fixa de mãe e filha, por mais que todos passem a morar em um pequenino apartamento que compraram. E, com o passar dos dias, eles nutrem uma relação de afeto com Mônica, filha de Antônia, e passam a ser, também, padrinhos da menina.

Quando a pequena faz um ano de vida, o casal de padrinhos e patrões recebe a notícia de que terão uma filha. A partir daqui tudo irá mudará. Inicialmente, o relacionamento era de afeto com a menina da casa, filha de Toinha. Agora, eles passam a se dedicar exclusivamente à gravidez e planos para a nova integrante da família.

O casal logo percebe que precisará de uma casa maior para a recepção da primogênita. Então, indo a busca em um dos bairros mais nobres da capital, encontra e compra uma casa grande, onde tudo nela era exagerado: cinco quartos; duas salas; cozinha; três banheiros; garagem; escritório. Mas havia um cômodo que seria o menor: nos fundos, um cubículo, mais estreito que um dos banheiros, sem ventilação; único espaço da casa que seria coberto por telhas e com um longo distanciamento das dependências das partes principais da casa; tão pequenino que quase não cabia uma cama de solteiro.

Esse quarto, com essa segregação, é denominado quarto da empregada. É nítido como se assemelha às senzalas; historicamente, uma das heranças de uma sociedade escravocrata,

marcada como um símbolo que escancara as mazelas das relações sociais que atravessam o nosso país.

A mudança concretiza-se. O tempo não espera; corre, literalmente. Antônia tem tantas obrigações e responsabilidades que quase não lhe sobra tempo para cuidar e ninar sua filha. O trabalho escravizado presente, todos os dias, tem hora certa pra despertar – às cinco da manhã –, porém, não existe hora certa para deitar.

As crianças crescem cada uma em seu determinado espaço, estratégica e historicamente posicionado. Com três anos vivendo nesse cubículo com sua menina, Antônia dorme em uma cama de solteiro cedida pela patroa; e sua menina, na rede, do ladinho, quase que por cima, devido ao pequeno tamanho do recinto. Com uma hora de sono profundo devido à exaustão, não vê que chovia muito e que tinha algo de errado no telhado do quarto, além das goteiras que respingam muita água pelas brechas.

Essa história vai ter sempre sensações desagradáveis. Porém, quando se trata desse fato, mesmo passados tantos anos, a sensação de desespero ainda invade a alma. Um homem, na calada da noite enchuvarada, destelha o quarto, à procura por algo de valor por cada canto do quarto, vasculhando e jogando tudo no chão úmido. O homem acorda Antônia e ordena-lhe que faça silêncio, tapando sua boca com a mão. Pega seu relógio, cordão, anel, e vai embora. O homem estava com um canivete em punho, esquecido no telhado quando foi embora. Antônia, aos prantos e trêmula, com a filha nos braços, suplica por ajuda. Como a dependência dos patrões é desvinculada do seu quarto, a súplica se estende, e a ajuda demora a chegar.

Por várias noites após o fato, Toinha, ainda muito abalada, não consegue dormir. Enquanto os patrões não providenciam a coberta do quarto, que demora alguns dias.

O tempo continua a passar. Toinha na labuta de sempre. O casal se dedica ao máximo aos seus ofícios. Ele, advogado; ela, enfermeira. Trabalham fora. Toinha cuida de absolutamente tudo que está relacionado à casa, alimentação, vestuário, limpe-

za e cuidados da filha primogênita em todos os aspectos de seu desenvolvimento.

Enquanto isso, a filha de Antônia não consegue aprender a ler no período correto. Ela não consegue acompanhar e tem dificuldade de aprendizagem. Teve que repetir, na época, a alfabetização para que pudesse continuar as séries seguintes.

Quando a primeira filha do casal completa seis anos, a patroa engravida novamente: mais atenção e dedicação ao novo herdeiro da família, e, ao mesmo tempo, mais trabalho para Antônia, que vai ter que começar a contar com a ajuda da filha para dar conta de tanta responsabilidade.

Antônia tem algo dentro de si indestrutível: diariamente, desde sempre, entre um trabalho e outro, estava a falar com Deus. Pedia saúde e força para dar conta de tudo e de todos. Era uma entrega dessa mulher com um coração impregnado de fé.

Quando o segundo filho do casal está com três anos, a terceira filha nasce.

Antônia, que não suportara a relação do ex-marido com o álcool, agora, todos os fins de semana, presenciava o patrão fazer festas regadas a muito álcool, balbúrdia, e o ambiente torna-se completamente constrangedor.

Ocorreu um fato gravíssimo em um desses fins de semana. O patrão, em seu total descontrole com a bebida, presenciou o filho do meio machucar-se em uma das brincadeiras das crianças, enquanto Toinha fazia ninar a filha caçula. O patrão perde a paciência com o choro do seu próprio filho e tenta violentar a filha de Antônia. Ela reage, e o indivíduo que está bastante alcoolizado, sem nenhum respeito e consideração, agride Antônia com um soco em seu olho, quebrando seus óculos. Seu olho esquerdo resulta em um derrame.

Situação que deixou Antônia e sua filha extremamente abaladas e com uma vontade imensa de sair daquele lugar. Porém, a esposa do sujeito agressor escancara a condição de subversão de mãe e filha, lembrando-lhes que elas não têm escolha, a não ser silenciar suas dores, do corpo e da alma.

Toinha quer a qualquer custo ir embora, mas sem êxito. Abrigo para duas pessoas é bem mais complexo, não havia saída.

A convivência torna-se insuportável. Depois do ocorrido, Antônia e patrões não se falam; cada um em seu espaço, e a vontade de sair daquela casa só aumenta. O tempo passa, as crianças da casa crescem, a filha de Antônia ajuda no trabalho árduo de empregadas domésticas.

Certo dia, a família recebe uma visita de alguns parentes de Sobral, que logo sabem do ocorrido. Ao abordar Antônia para saber de sua situação, a cunhada do patrão de Toinha faz um convite para que ela e sua filha fossem morar com ela em sua casa em Sobral.

Antônia agradece ao divino por essa oportunidade, sair daquele tormento, a cunhada com diversas promessas de melhoria para a vida dessas duas mulheres.

Chega o dia de encerrar um ciclo e, para a surpresa de Antônia, quando foi em busca de seus direitos, o patrão advogado nunca havia firmado compromisso com os devidos tributos para com sua funcionária. Para resumir, Antônia, por mais uma vez, é completamente desamparada, novamente em situação de vulnerabilidade, apenas com uma imensa divergência do passado, agora com uma filha de 15 anos.

Em nenhum momento, até os dias atuais, nenhum integrante da família exploradora procurou Antônia para que algo pudesse ser feito em relação aos muitos anos de muito trabalho, dedicação por quase toda sua vida.

Quando Antônia chega a Sobral, na casa da tal cunhada, mais uma vez, só promessas ilusórias. E passam a pagar uma quantia ínfima pelo trabalho desenvolvido por Antônia. Sua filha, que também faz atividades dentro da casa, não é remunerada. Então, ela passa a ser explorada pela cunhada dos antigos patrões.

Antônia e a filha ficam nessa condição por um ano. Após um conflito entre funcionários da casa, que eram muitos, a convivência, mais uma vez, torna-se insuportável.

A cunhada e seu marido residem numa casa de dois andares e era determinado que Antônia cuidasse do almoço e sua filha de toda a casa, limpeza e organização.

Em um momento de desabafo e conversas com uma vizinha do casal, a mesma se propõe a ajudar mãe e filha, mesmo sem dar importância à indignação do casal explorador.

Ficando certo de que a filha de Antônia ficaria na companhia da vizinha e sua família, e Antônia alojar-se-ia em um novo emprego, onde morava.

Por mais um ano nessa labuta, Mônica, filha de Antônia, estuda e consegue um emprego indicado por novos amigos. Quando Mônica passa pelos três meses de experiência e torna-se contratada, inicia a busca pela casa para que, finalmente, mãe e filha tenham um cantinho apenas delas.

O sonho de Antônia se concretiza. Finalmente, depois de muitos anos, ela tem a emoção de sentir-se em casa novamente, sensação que nunca sentiu pelos lugares que morou.

Hoje, com 82 anos, Antônia tem uma vida feliz, saudável e com seu benefício auxiliando em sua sobrevivência, com sua filha e neto. Tem prazer em fazer atividades do seu lar, mesmo contra a vontade de sua filha, que quer que ela apenas desfrute do descanso de uma vida roubada. Mônica foi a busca de seus irmãos para que pudessem se reencontrar. Foi uma alegria e tanto. Todas as noites, continua na calçada; às vezes, só rezando seu terço, e também, por vezes, acompanhada de suas amigas.

Essa é uma das milhares de histórias de mulheres, onde elas se tornam absolutamente invisibilizadas, não são lembradas, cabendo a elas apenas a renúncia em ser pessoa. Existe uma tradição implantada, onde só impera subversão. Não há valorização e ainda ousam usar jargão "é quase da família" para amenizar a situação de exploração imposta sem nenhuma opção de escolha, apenas servir.

QUANDO ACORDAR...

Niágara Vieira Soares Cunha

As incertezas preenchem nossos dias!

Acordo e percebo a respiração em sua movimentação tranquila, escuto o som e sinto o calor do ar que sai de mim, como em uma necessidade de ganhar liberdade. Mas a cabeça não está quieta, impassível; essa pensa, pensa sem parar. Não para!

O corpo exala aquilo que somos ou, pelo menos, como estamos. É confuso! E o que fazer? Volto a dormir, muitas vezes, esforçando-me para que o corpo adormeça, liberte-se do tangível. Mas, ela, a cabeça, não para!

A matéria transcende ao sonho e elimina os limites entre o real e o imaginável. E o que fazer? Vivemos em plena condição desconexa com o que é ser humano. Uma representação caótica do viver! A desumanização como padrão!

Não é só o meu corpo que segue na tentativa de se movimentar ou aquietar nesse caminho árduo de desigualdades. São muitos os corpos que vivenciam um cenário devastador de opressão; são corpos negros que a maior parte das balas encontram. São mulheres, trans e nosso povo da periferia que a violência (os violentos) perseguem. Tudo desconexo! A desumanização é o padrão!

Bem, aqui, percebo que não falo sobre mim, é sobre nós!

Queremos viver...

Viver com a arte, com o amor, com o tempo. Tempo, este, que não corra, que não nos torne cativos, que permita o viver.

Mas a vida segue com difíceis acessos. Não a todos os corpos, mas à maioria destes. Assim, como a norma culta opera anulando a escrita marginal, somos nós na vida. Seguimos sobrevivendo em meio ao caos orquestrado para nos destruir, para negar nossa existência.

Carolinas, Marias, Dandaras, Marieles, ...

Sim, falo sobre mulheres. Queremos viver!

Nossa voz reverbera, nossa força é assim: distinta, forte, leve e constante como o vento, quando tem que ser. E seguimos tentando sobreviver, preenchendo e ocupando os espaços negados, roubados, vetados à nossa própria existência.

Porque tudo isso é nosso! Vamos lutar até o último corpo oprimido e cansado vencer.

Somos resistência, não somos poucas, não temos medo do tempo e nem mesmo de acordar!

DOCES LEMBRANÇAS

Clara Regina do Nascimento Evangelista

Mãe, quantos mistérios contidos na arte de gerar.

Deste-me aconchego no teu ventre e teu colo ao nascer, colo esse que recorri muitas vezes ao crescer.

Até teu nome me deste, não compreendia a grandeza deste gesto, até que, seguindo teus passos, também repeti nomear minha filha.

Quanta generosidade contida neste símbolo de singeleza.

Ensinaste-me tantas coisas, a ter fé em Deus, e guiaste por lugares de amor com muita sabedoria e firmeza.

Como aprendi contigo, cozinhar, doar e cuidar, os teus conselhos e direcionamentos levaram-me a estudar e ser verdadeira.

Quanto de ti enxergo em mim, muito além da aparência física.

Que força e exemplo exalam de ti, e, por mais que o tempo passe sinto reavivar diariamente tua presença.

Como teus netos puderam receber teu amor e olhar afetuoso para com eles

O amor vive em mim e nos que tiveram a possibilidade da tua convivência

O cheiro do bolo quentinho e do teu perfume corporal pairam no ar.

Aprender a estar sem ti é uma lição dolorosa e difícil e nutro-no de todo afeto e amor que me deste ao longo das nossas caminhadas juntas.

Capítulo 2

Elas pesquisam...

TRABALHO, ASSÉDIO E GÊNERO: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS

Maria do Socorro Gonzaga de Lima

Maria do Socorro Roberto de Lucena

Paulo César Zambroni-de-Souza

Introdução

O trabalho é atividade, ao mesmo tempo, subjetivante e social. É por meio dele que os seres humanos têm a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, habilidades, enriquecer e estruturar sua autoestima, bem como sua identidade. Isso acontece sempre na relação com outros e com o mundo material e das ideias, ou seja, no e pelo social. Dessa forma, o trabalho é uma atividade direcionada a outrem, realizado sob determinado contexto ou circunstâncias, atravessado pelos aspectos culturais, pelas questões sociais e igualmente fundante da construção dos modos de vida (DEJOURS, 2012a). Nesse sentido, o trabalho, ou as formas de trabalho existentes, participam e são reflexos das estruturas, das relações e, enfim, dos fenômenos humanos ao longo da história.

Por conseguinte, o trabalho nunca é neutro à produção das subjetividades, à saúde e ao desenvolvimento pessoal e social, seja referente às relações intersubjetivas ou às construções de condições coletivas de vida (DEJOURS, 2012a). Na contemporaneidade, as rápidas e marcantes transformações do mundo do trabalho têm contribuído, sobremaneira, para a perda ou diminuição das possibilidades do trabalho de gerar satisfação, saúde e desenvolvimento psicossocial. Ao contrário disso, o trabalho está cada vez mais associado ao adoecimento, à insalubridade, à insegurança e às várias formas de violência e discriminação (DEJOURS, 2013).

Sob a chamada reestruturação produtiva ou fase de acumulação flexível do capital existe um progressivo cenário de deterioração dos vínculos de trabalho, dos direitos trabalhistas

e da crescente tendência de implantação de modelos organizacionais, cada vez mais pautados na avaliação individualizada e na terceirização da mão de obra. Isso tem substanciado as diferentes formas de violência sofridas no ambiente laboral por trabalhadores e trabalhadoras de diferentes setores, funções e países. Dentre as violências praticadas no ambiente de trabalho ante a conjuntura de reestruturação produtiva, o assédio moral tem ganhado destaque (ANDRADE; ASSIS, 2017).

O assédio moral é definido por Freitas, Heloani e Barreto (2008) como uma conduta abusiva e intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional. Além disso, pode englobar o assédio sexual e está intimamente relacionado às relações de poder ou ao exercício deste sobre outrem (ANDRADE; ASSIS, 2017).

O estudo de Pai *et al*. (2018) sobre a ocorrência da violência física e psicológica entre trabalhadores da saúde, fornece importantes dados acerca da problemática. Dos 269 trabalhadores que participaram da pesquisa, 177 tinham sido vítimas de violência no trabalho, seja física ou psicológica. Em relação à última, destacaram-se as agressões verbais, com 29,9% (N=69), e o assédio moral, 8,7% (N=24). Quando levado em consideração o sexo dos participantes, as mulheres aparecem como as principais vítimas do assédio moral, da violência física e da discriminação racial.

Em geral, as discussões e análises em torno dos fatores ou riscos psicossociais para o aparecimento do Assédio Moral no Trabalho-AMT costumam se dar em torno dos estilos gerenciais, das relações de trabalho do ponto de vista legal, da cultura organizacional, esquecendo-se de incluir categorias mais abrangentes como: gênero; raça/etnia; sexualidade; classe social etc., ou, quando o fazem, são consideradas de forma pontual ou em nível de dado.

Nesse sentido, os estudos sobre trabalho e gênero têm oferecido perspectivas teóricas e análises acerca da temática, incorporando uma perspectiva feminista a esse cenário, pontuando a divisão sexual do trabalho, as relações de poder entre homens e mulheres, os estereótipos de gênero e a consubstancialidade das relações sociais como importantes para a identificação, problematização e intervenção sobre as vulnerabilidades nas situações laborais (ABRAMO, 2007; LOPES, 2007).

Assim, neste capítulo, propomo-nos a refletir acerca do(s) trabalho(s) realizado(s) por mulheres e assédio moral e sua relação com as construções sociais de gênero a partir de narrativas de mulheres trabalhadoras.

Método

Este trabalho está baseado no conteúdo ou nos relatos das entrevistas semiestruturadas, realizadas com cinco mulheres trabalhadoras assistidas pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST de uma capital do Nordeste, e que foram analisadas mediante Análise de Conteúdo Categorial (BARDIN, 2011). As entrevistas foram realizadas individualmente e *online* via aplicativo de mensagem e chamada de voz, com duração de, aproximadamente, 45 minutos, após a assinatura das trabalhadoras do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Com base no conteúdo que emergiu dos relatos das mulheres trabalhadoras entrevistadas, as reflexões suscitadas neste trabalho estão organizadas em duas categorias: (1) Divisão sexual do trabalho, assédio moral e estereótipos de gênero e (2) Violência no trabalho, mulheres e qualidade de vida. Ambas as categorias, apesar de suas especificidades, expõem como as relações sociais de gênero ou as construções sociais de gênero são determinantes ou condicionantes para a manifestação, o *modus operandi* e as repercussões do assédio moral sofrido por mulheres trabalhadoras.

Em relação ao perfil das entrevistadas, informamos que as cinco mulheres são trabalhadoras do setor de serviços em dife-

rentes ocupações/funções: professora; atendente de *call center* e *telemarketing;* gerente; escriturária. Possuem nível de escolaridade entre ensino médio completo e pós-graduação. A faixa etária é de 25 a 57 anos de idade, e apenas uma não tem filhos. No momento da realização das entrevistas, todas as trabalhadoras encontravam-se em tratamento ou sendo assistidas pela equipe do CEREST ou outro serviço de saúde, haja vista terem passado por situações padecedoras em seus respectivos ambientes de trabalho e, por conseguinte, serem identificadas por essas equipes com algum tipo de sofrimento psíquico: depressão; ansiedade; Síndrome de Burnout; Stress Pós-Traumático.

Divisão sexual do trabalho, assédio moral e estereótipos de gênero

Hirata (2002) traz profícuas análises acerca de como a divisão social do trabalho entre homens e mulheres (ré)produz disparidades e elucida a particular opressão-exploração das mulheres nas sociedades capitalistas. De acordo com a autora, a divisão de espaços, tarefas e funções entre os gêneros é orientada por dois princípios: o de separação e o de hierarquia. Em suma, quer dizer que existem lugares, trabalhos ou funções ditos de mulheres e ditos de homens, sendo os últimos mais valorizados econômica e socialmente. E embora se trate de uma prática social, é naturalizada por meio das concepções, papéis e comportamentos socialmente atribuídos aos sexos, que são justificados a partir da biologização dos mesmos, ou seja, a naturalização do social.

Segundo Hirata (2002), apesar de a divisão sexual do trabalho mudar conforme o tempo e o espaço, os princípios basilares são os mesmos. Em geral, há a destinação dos homens à esfera produtiva (política, religião, carreira militar, tecnologia etc.), ou seja, funções de forte valor social agregado; e as mulheres à esfera reprodutiva (cuidado, família, tarefas domésticas, reprodução, etc.), funções ou espaços que foram marginalizados ou secundarizados.

Contudo, mesmo quando as mulheres estão na chamada esfera produtiva ou realizam um trabalho remunerado no âmbi-

to do mercado de trabalho, a desigual divisão sexual do trabalho respalda essa participação. Em geral, a mão de obra feminina está alocada em setores informais ou muito precarizados. Nas organizações, costumam-se conformar os guetos femininos, funções ou setores majoritariamente ocupados por mulheres e que, em termos de processos de trabalho, são marcados pela repetição, ritmo de trabalho acelerado e sob acirrada vigilância ou supervisão (HIRATA, 2015).

Além disso, a mão-de-obra feminina tem sido bastante cooptada para o trabalho flexível, ou seja, está bastante presente nessas novas formas de trabalho ou de organização do trabalho, muito mais precárias, advindas com a reestruturação produtiva, como é exemplo a sua majoritária participação no trabalho de meio período ou trabalho parcial. Tal conjuntura tem origens na própria fragilidade da participação das mulheres no mundo do trabalho, marcada pelos altos índices de desemprego, trajetórias laborais interrompidas, responsabilização pelo trabalho familiar e doméstico etc. (HIRATA, 2007; YANOULAS, 2013).

Nesse sentido, fica nítido o quanto a divisão social do trabalho por gênero é opressiva e igualmente uma exploração nos termos da relação capital-trabalho. Para Davis (2016), a desigualdade sexual como conhecemos hoje não existiria caso não fosse lucrativa. A hierarquização dos sexos e dos trabalhos desenvolvidos por eles faz parte da sociabilidade do sistema capitalista. É necessário criar distintividade, esta entendida sob uma perspectiva de hierarquização e de inferiorização, para poder justificar ou socializar a superexploração, é assim com o gênero, é assim com a raça/etnia. Igualmente, Hirata (2014) defende a sobreposição entre gênero e classe, sendo a exploração por meio do trabalho, assalariado ou não – como é o caso do trabalho doméstico não remunerado –, e a opressão do masculino sobre o feminino indissociável.

As situações de trabalho das mulheres entrevistadas são alusivas a tal conjuntura, apesar de elas não fazerem parte da mesma categoria de trabalho ou não se conhecerem. Encontramos muitas semelhanças entre as trajetórias, as vivências e os problemas que atravessam o cotidiano de trabalho, e por que

não dizer a vida delas, haja vista que as condições de trabalho implicam diretamente no viver.

Para efeito de início de reflexão, destacamos que todas as trabalhadoras, participantes do presente estudo, têm em comum o setor da economia em que estão inseridas: são trabalhadoras do setor de serviços. As mulheres historicamente estão sobrerepresentadas no terciário. Elas são as secretárias, as professoras, as enfermeiras, as telefonistas, as merendeiras, as trabalhadoras domésticas. Isso ocorre em virtude da educação sexista, que ensina a paciência, a comunicabilidade, o cuidado, como atributos ou qualidades naturalmente femininas e que são requeridas em boa parte dos trabalhos mencionados (HIRATA, 2002).

Na atual fase de acumulação do capital, o setor de serviço alcançou grande expansão, principalmente por meio do crescimento do trabalho informal e do trabalho flexível ou atípico, essas novas e precárias formas de trabalho advindas com as inovações tecnológicas e organizações a serviço do neoliberalismo, como, por exemplo, a atendente ou telefonista de *call center* e *telemarking* (HIRATA, 2015), que, inclusive, são trabalhos desenvolvidos por duas das entrevistadas. Para ilustrar as condições laborais dessas mulheres, destacamos a fala da participante 04:

> Eu tinha que atender clientes pelo telefone, e-mail e via *whatsapp*. A gente sempre se sobrecarregava porque tinha que atender ao telefone e pelo *whatsapp* também, isso com o máximo de rapidez possível, aí, por muitas vezes, a gente se confundia com um cliente e outro, por ter mais de uma tela em aberto, claro.

De acordo com Hirata (2015), essa intensificação do trabalho é a regra no terciário sob a chamada reestruturação produtiva. Gradativamente, o terciário assume conotações industriais em sua forma de organização do trabalho e processos produtivos. A lógica da "empresa enxuta" (ANTUNES; POCHMANN 2007, p. 198), ou seja, maior produtividade com o menor número de força de trabalho e flexibilização das relações trabalhistas

subsidia o trabalho desenvolvido nesse setor. A flexibilização das relações de trabalho muito bem representada pelo trabalho terceirizado, o contrato por prestação de serviço, as subcontratações são, cada vez mais, realidades dos trabalhadores executivos e de execução nesse setor da economia.

Assim, podemos concluir que as mulheres trabalhadoras, por ser a mão de obra majoritária no terciário, estão submetidas a uma conjuntura de progressiva precarização do trabalho/emprego, em que há desregulamentações de todo tipo: a crescente desproteção legal e de representatividade sindical; a disseminação da insegurança mediante o aumento do desemprego e da flexibilização dos vínculos de trabalho e que tem favorecido os abusos de poder, sobretudo por parte dos superiores; e, consequentemente, as situações de assédio, de discriminação, de estigmatização etc. Segundo Hirata (2007), o trabalho precário, ou seja, aquele com ausência ou diminuição da proteção social e dos direitos sociais, remunerações baixíssimas e baixos níveis de qualificação, é majoritariamente feminino.

A violência no trabalho aparece nos relatos das cinco mulheres trabalhadoras. As entrevistadas relatam diferentes violências presentes em seus ambientes de trabalho, desde insultos, discriminações, até o assédio moral. Atualmente, no Direito do Trabalho, para ser considerado assédio moral, é preciso que as condutas abusivas realizadas no ambiente de trabalho obedeçam a certa frequência e tenham caráter disciplinador ou de dominação. Porém, na prática, é difícil estabelecer com clareza a constância das ofensas e humilhações, pois elas se dão de forma gradativa e, muitas vezes, de maneira sutil (HELOANI, 2003).

> Nos primeiros anos dessa escola, eu não tinha nem tempo para almoçar. Só que, no ano seguinte, eu fui destinada para duas escolas diferentes e distantes, sempre com horários horríveis para mim. Para não ficar sem emprego, eu me submeti a isso. O diretor era péssimo [...], acabava chegando atrasada nas aulas, e os alunos ficavam prejudicados. Isso me gerava muito cansaço, não conseguia

> participar do planejamento [...] carga horária pesada. O pior para mim foi o supervisor "pegando no meu pé" [...] cheguei para meu diretor e disse que não aguentava mais aquela situação, daí ele olhou para mim e disse que: "eu sabia". Naquele momento, me caiu a ficha de que, de fato, estavam brincando comigo (Participante 01).

Comumente, o Assédio Moral no Trabalho - AMT é praticado por pessoas internas ao ambiente de trabalho e que usufruem dos privilégios e poder de um cargo de liderança ou por estarem em um nível hierárquico superior ao/a trabalhador/a vítima do assédio. Na literatura, esta situação é conhecida como o assédio moral descendente (HELOANI, 2003), como o referido pela participante 01.

Quando analisamos o trabalho a partir da divisão sexual do trabalho, é preciso levar em consideração que as mulheres estão sub-representadas nos cargos de chefia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021), no Brasil, as mulheres ocupam apenas 37,4% dos cargos gerenciais, enquanto os homens representam 62,6%. Essa situação associada às fragilidades dos trabalhos realizados por mulheres, pode colaborar para práticas gerenciais abusivas baseadas no sexismo e no machismo. Em culturas sexistas, como a brasileira, tornar-se homem ocorre mediante o aprendizado e introjeção do sentido de superioridade, dominação, segurança e da inferiorização ou aversão aos aspectos relacionados ao feminino. A masculinidade hegemônica é misógina (ZANELLO, 2018).

Contudo, ressaltamos que a questão não é simples. Não queremos dizer que, quando há mulheres nos cargos de chefia ou em cargos hierárquicos estas não podem ser perpetradoras do AMT, inclusive contra pessoas congêneres. Mas, ressaltamos a importância de levar em consideração a dimensão de gênero nas análises sobre o estilo gerencial, as relações de trabalho e as situações de assédio. Tal ressalva encontra forte respaldo na realidade de trabalho da participante 04: "A gerente geral

isolava-me constantemente e, muitas vezes, pedia aos outros funcionários para não entrarem em contato comigo."

O AMT é complexo e multidimensional, por isso, é preciso cautela para evitar proposições simplistas ou unilaterais do problema. O consenso a de que as relações de poder são cruciais para o seu entendimento (ANDRADE; ASSIS, 2017). Assim, acreditamos que a dimensão de gênero deve fazer parte de qualquer análise ou reflexão sobre a problemática, mas concordamos com Kergoat (2010), quando argumenta em termos da impossibilidade do gênero, enquanto relação de poder ou categorial social, ser suficientemente gerador de unificação entre as mulheres. Das cinco mulheres trabalhadoras entrevistadas e que relataram vivências de assédio no trabalho, duas foram assediadas pelas chefes ou supervisoras.

Assim, é preciso reconhecer que a vivência de gênero não é a mesma para todas as mulheres, a depender de como outros marcadores sociais – como raça/etnia, classe social, orientação sexual etc. – relacionam-se ou estão presentes na vida delas. Entre a mulher branca de classe média e a mulher negra periférica, por exemplo, há um grande abismo de oportunidades, de direitos, de reconhecimento e de níveis de renda. De modo que tais clivagens explicam as disparidades e as relações de poder entre pessoas congêneres (DAVIS, 2016).

Ademais, as mulheres que ocupam cargos de chefia, também, são trabalhadoras e estão submetidas às avaliações, às metas e à introjeção e reprodução de modelos de gestão pautados no terror, na ameaça, ou seja, na violência – muito comum na organização do trabalho sob o contexto de acumulação flexível do capital (DEJOURS, 2012b). Para ilustrar tal conjuntura, temos o relato da participante 02, que trabalha como gerente de relacionamentos em uma agência bancária:

> O que mais me incomodava era a pressão que a gente recebia de todos os lados [...] da superintendência para bater as metas que vinham junto com ameaças de perder o emprego, dizendo que se eu não quisesse fazer isso ou aquilo, tem quem faça.

Igualmente, compreendemos que os antagonismos entre as mulheres existem e que estes são resultantes da consubstancialidade das relações sociais de gênero, raça/etnia, classe, dentre outras (KERGOAT, 2010), e, portanto, consideramos que a adoção de uma perspectiva de gênero requer situá-la em um campo interdisciplinar, relacional e interseccional de reflexão. Caso contrário, corre-se o risco de forçar uma homogeneização das vivências e, consequentemente, privilegiar interesses.

Contudo, entendemos que ir nessa direção não significa parar por aí. Embora reconheçamos os antagonismos, é preciso reforçar as questões transversais ao grupo ou aos grupos de mulheres, como, por exemplo, a superexploração econômica e/ou a inferiorização do gênero feminino como parte da estruturação e funcionamento das sociedades patriarcais-racistas-capitalistas (DAVIS, 2016), que desvela caminhos de uma luta coletiva.

Executivas ou trabalhadoras que ocupam baixos níveis da estrutura organizacional estão sujeitas a uma participação no(s) mundo(s) do trabalho atravessada pela defasagem de renda, exclusão de espaços, rebaixamentos, dupla ou tripla jornada, estigmatizações, assédios e discriminações. A trabalhadora não é o feminino de trabalhador (HIRATA, 2002).

Em algumas das vivências de AMT relatadas pelas mulheres trabalhadoras, ficam evidentes as conotações e/ou os conteúdos sexistas, misóginos e machistas das agressões sofridas no ambiente laboral. Para ilustrar, segue o relato da participante 02:

> Certa vez, ouvi que eu era muito "chata", não sabia brincar e que nenhum homem iria sentir excitação em uma mulher como eu. Envolveram até minha sexualidade, foi a gota d'água. O pior é que, no momento, não consegui falar nada, só fazia chorar dentro do banheiro [...]. Ele fazia descaso com o que eu falava [...] como se minha opinião não fosse importante [...] não sei se pelo fato de eu for mulher, me veem como frágil, eu lido mais com homens no meu trabalho, então, eu pen-

> so que se eu não me impor, falar firme, eles fazem descaso do que eu falo.

De acordo com Guedes (2003) e Hirigoyen (2001), quando levada em consideração a frequência e o conteúdo dos gestos que compõem o AMT, a maioria dos homens declara ser assediado uma vez por semana, enquanto as mulheres indicam ser assediado quase diariamente. As ações e atitudes que compõem o AMT vivenciado pelas mulheres envolvem o assédio sexual e comentários acerca da aparência física, vestuário e capacidade intelectual.

Violência no trabalho, mulheres e qualidade de vida

As transformações do mundo do trabalho têm preocupado os cientistas, os profissionais da saúde, os trabalhadores e trabalhadoras ou todas as pessoas que dele dependem ou estão apreensivas com as suas condições objetivas e subjetivas que determinam os modos de vida no presente, bem como os que serão deixados para as gerações futuras (DEJOURS, 2009). A superexploração tornou-se categoria explicativa do trabalho, e as demonstrações de barbarização da vida, como, por exemplo, a progressiva pauperização da classe trabalhadora, estão presentes nos quatro cantos do planeta (MOTA, 2013).

Seligmman-Silva (2007) ressalta a particular implicação do trabalho na contemporaneidade nos níveis de saúde mental da população. De acordo com a autora, a explosão do número de morbidades comportamentais e do comportamento acompanha as imensas transformações do mundo do trabalho sob a chamada reestruturação produtiva. Diante desse contexto, observa-se a expansão dos casos de depressão em todas as faixas etárias, de ansiedade generalizada, de alcoolismo, das manifestações paranoides, das fobias, das perturbações do sono, dentre outros.

Tal constatação, também, é feita por Dejours (2012), que analisa, igualmente, a relação das injustiças, dos abusos e da solidão no trabalho – circunstâncias, cada vez mais, presentes no dia a dia do(a) trabalhador(a) – com o suicídio.

A precariedade das situações de trabalho pode levar os sujeitos a experimentar a descompensação ou o insuportável com drásticas repercussões sobre si e suas relações familiares e/ou sociais. (DEJOURS, 2012b). As ressonâncias da violência sofrida no trabalho pelas mulheres entrevistadas é um exemplo disso.

Em geral, durante ou após a vivência do Assédio Moral no Trabalho-AMT, as trabalhadoras conviveram ou convivem com comprometimentos de ordem física, psíquica e/ou social. Algumas permanecem sendo assistidas por diferentes profissionais de saúde e estão afastadas do trabalho remunerado. Nesse sentido, os relatos denunciam a perniciosidade do AMT para a saúde do(a) trabalhador(a) e, por conseguinte, para a qualidade de vida do(a) mesmo(a).

> Sempre fui uma mulher cheia de objetivos e sonhos, mas, atualmente, não tenho vontade de nada, é como se tudo tivesse perdido o sentido pra mim [...] houve um período que a pressão e ameaças eram tão grandes [...] que iniciei outro curso universitário para sair do universo do meu trabalho [...], mas não tenho ânimo ou desejo de atuar, me sinto uma inútil. Apesar de toda minha caminhada profissional ser marcada com sucesso, eles conseguiram acabar com minha autoestima profissional (Participante 03).

A fala acima expressa como o AMT afeta a relação subjetiva com o trabalho. A pessoa vítima das progressivas e constantes situações de humilhações e psicoterror costuma desenvolver uma autoimagem negativa, justamente pautada ou em decorrência da desqualificação sofrida pelo(s) seu(s) algoz(es) (HELOANI, 2001). Tal circunstância compromete em grande medida o seu poder de agir no mundo, haja vista que a pessoa teve suas competências, habilidades e subjetividade questionadas, atacadas e desacreditadas de forma contundente, proposital e coercitiva.

Para Heloani (2001), é justamente essa tendência do AMT de levar os sujeitos assediados a experimentarem uma fraqueza psicológica, ou a perda da autoestima, uma das principais resultantes desse tipo de violência no trabalho sobre a saúde do(a) trabalhador(a). Assim, demonstra a especial ou forte relação que o assédio moral tem com a saúde mental.

O sofrimento, a dor e, às vezes, a vergonha progressiva de terem vivenciado os xingamentos, as acusações, os insultos, os deboches, as injustiças, as perdas, o assédio sexual, o isolamento, traduzem-se, indiscutivelmente, em forma de agravos à integridade psíquica das mulheres trabalhadoras entrevistadas. Todas como já foram mencionadas em outras seções do texto, foram identificadas por profissionais da saúde com algum sofrimento psíquico. Para ilustrar, evidenciamos o relato da participante 01: "Minha saúde ficou comprometida, eu desenvolvi hipertensão, ansiedade, síndrome do pânico e a própria depressão".

Ademais, ressaltamos a importância de considerar o gênero para analisar e pensar as repercussões do AMT na saúde do(a) trabalhador(a). Se estivermos considerando e propondo uma perspectiva crítica e gendrada do trabalho e de seus fenômenos, é substancial identificar e/ou clarificar como tais repercussões, seja a respeito dos processos em que se constituem ou a sua magnitude, relacionam-se, neste caso, com a condição mulher. Para tanto, destacamos os relatos de duas entrevistadas:

> Muitas vezes, quando eu chegava a casa, eu não tinha forças para fazer nada, nem fazer feira, nada doméstico, nem brincar com meus filhos. Eu queria até que, quando chegasse, eles estivessem dormindo, porque eu só queria me anular, ficar só e chorar deitada [...] essas situações mexiam muito com meu emocional, sabe? (Participante 02).
>
> O assédio doía-me muito, principalmente no tempo em que eu estava gestante. Por isso, acredito que perdi meu bebê ali. Eu chorava muito, era uma grande tortura ir trabalhar. Eu

> só me sentia melhor quando acabava o expediente, mas a tensão logo chegava quando ia me organizar para dormir sabendo que, no dia seguinte, ia começar tudo de novo. Hoje, eu tenho medo de dar minha opinião, tenho medo de engravidar e, por causa do trabalho, perder meu bebê de novo. Venho passando por análise para melhorar todo esse medo e insegurança, mas não é fácil (Participante 04).

Quando a dimensão de gênero aparece nas investigações acerca do AMT, é comum as análises evidenciarem a prevalência das mulheres como vítimas do assédio moral, inclusive, essa conjuntura já foi analisada e problematizada na seção anterior. No entanto, os relatos acima demonstram, também, que as repercussões do AMT ganham contornos ou desenhos específicos para o gênero feminino.

Na situação da participante 02, por exemplo, é possível identificar a necessidade de considerar, em qualquer tentativa de análise do trabalho realizado por mulheres, a sobreposição do trabalho remunerado e não remunerado; neste caso, este último representado pelo trabalho doméstico e familiar, atribuições socialmente reconhecidas como femininas. Os degastes provenientes do cotidiano laboral marcado pelo AMT somam-se ou ampliam-se em consonância aos conflitos subjetivos e morais, frente à impossibilidade ou dificuldade de performar o ideal socialmente construído de maternidade ou o papel dito da mulher mãe dona de casa ou responsável pelo lar.

De acordo com Zanello (2018), a maternidade é uma construção social. Assim como o amor, sofreu transformações ao longo do percurso histórico. Foi a partir do século XVIII que o ideal de maternidade como conhecemos hoje – exige muita bondade, disponibilidade e abnegação em prol das necessidades dos seus entes queridos, pois estes, em especial os filhos e maridos, constituem os únicos ou maiores interesses de vida da mulher – passa a respaldar

os processos de subjetivação dos sujeitos sociais, em especial das mulheres ou pessoas do gênero feminino.

O segundo relato convoca-nos a pensar o lugar do corpo para a experiência subjetiva do sujeito integral e concreto, em constante relação com a materialidade do mundo e de si mesmo. A relação do sujeito com o trabalho passa, essencialmente, pela "corpopriação do mundo" (DEJOURS, 2012, p. 366), pois é com o corpo e através dele que o sujeito experimenta a realidade, familiariza-se com os elementos que a compõem, decifra os enigmas. Nesse sentido, o trabalho convoca todas as bases da subjetividade, inclusive e primordialmente o corpo.

O caso da participante 04, por exemplo, em que ela relata ter sofrido aborto espontâneo em virtude da violência sofrida no ambiente laboral e a incidência disso sobre seu emocional e suas tomadas de decisão, fornece bastante robustez para a tese do corpo como o eixo ou o mediador da relação do sujeito com o trabalho e, portanto, lugar da experiência subjetiva.

Além disso, chama a atenção para a necessidade de reconhecermos as especificidades do corpo feminino ou do corpo dito feminino, seja em relação à sua estrutura anatômica, fisiológica ou hormonal e/ou às interpretações, significações e funções atribuídas a ele. Esse corpo sexuado ou gendrado respalda o modo como a experiência do AMT reflete ou repercute na saúde/vida das assediadas.

Considerações finais

As falas das mulheres trabalhadoras elucidam e corroboram a nocividade do Assédio Moral no Trabalho-AMT sobre as condições laborais, de saúde e de vida das pessoas que vivenciam esse tipo de violência. Tal como a literatura pertinente aponta, identificamos, neste estudo, que o AMT trata-se de uma violência que compromete, substancialmente, a integridade física e psicológica das assediadas, bem como suas relações familiares e/ou sociais. Além disso, as situações retratadas pelas

trabalhadoras demonstram a estreita relação que o AMT tem com o progressivo cenário de intensa precarização do trabalho na atual fase de acumulação do capital.

Ao integrar neste estudo a perspectiva de gênero como mais um elemento heurístico do fenômeno em questão, foi possível identificar e clarificar que as construções sociais de gênero, a divisão dos trabalhos entre homens e mulheres e as relações de poder decorrentes subsidiam e atravessam a manifestação, o *modus operandi* e as repercussões do AMT sofrido por mulheres trabalhadoras remuneradas.

Embora toda a classe trabalhadora esteja suscetível às diferentes violências no ambiente de trabalho remunerado, há que se considerar que as mulheres, em geral, desempenham atividades laborais mais precarizadas, informais, e em setores fundamentalmente atingidos pelas contrarreformas neoliberais. Além disso, estão sub-representadas nos cargos de chefia, portanto, encontram-se, materialmente, bastante vulneráveis aos abusos de poder, como é o caso do AMT.

Assim, ao lançarmos luz sobre os assédios aos quais as mulheres estão submetidas nas situações de trabalho, é necessário considerar o pano de fundo ou a complexidade do campo social sobre o qual as opressões são mantidas, criadas e reformuladas, tornando-se, também, explorações no sentido da relação capital-trabalho.

Dessa maneira, defendemos a inclusão da dimensão de gênero nas análises das situações laborais e dos fenômenos delas decorrentes, como por exemplo, do AMT. Consideramos que os sujeitos que trabalham possuem gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social etc., e as organizações ou ambientes de trabalho estão permeados por estas questões sociais. Por conseguinte, elas não devem ser consideradas como desconectadas dos processos de lucratividade e de opressão-exploração do(a) trabalhador(a).

Entendemos que a classe trabalhadora é passível de unificação mediante a problemática da expropriação do trabalho. Considerar a condição da mulher ou as relações sociais de gênero, portanto, traz outros subsídios para que possamos reco-

nhecer e compreender as especificidades da classe trabalhadora, no caso deste estudo, entendida como sexuada ou gendrada.

Quando analisamos os conteúdos, os modos como ocorrem e os gestos que compõem as situações do AMT, vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, podem identificar elementos machistas, sexistas e misóginos presentes nas agressões, principalmente quando são homens os perpetradores.

Tal conjuntura demonstra, especialmente, a dialética entre condições objetivas e simbólicas nas ocorrências de AMT, pois vão se traduzindo em poder; ao mesmo tempo, podem ser consideradas como fragilidades ou vulnerabilidades históricas e sociais dos sujeitos nas situações de trabalho. Nesse caso, as crenças, os comportamentos atribuídos, as posições ocupadas, as atividades realizadas, as imagens do feminino ou do corpo feminino, ou seja, as relações estabelecidas socialmente entre homens e mulheres funcionam como indícios de suscetibilidade para ocorrência de AMT, bem como são condicionantes do modo como ele ocorre, quando se trata de mulheres trabalhadoras.

O conteúdo das entrevistas evidencia que o gênero ou as construções de gênero, também, influenciam ou são condicionantes nas repercussões do AMT sobre a saúde das trabalhadoras. Os degastes físicos e psicológicos provenientes do cotidiano laboral marcado pelo AMT ganham contornos ou magnitudes específicos no caso da mulher trabalhadora. Para algumas das entrevistadas, o sofrimento experimentado em decorrência do AMT soma-se ou, também, passa pela ressonância do ocorrido sobre a impossibilidade de vivenciar a maternidade ou o ideal de maternidade socialmente construído.

Tal constatação mostrou-se importantíssima para compreendermos os comprometimentos na autoimagem e autoestima dessas mulheres, haja vista que a maternidade, principalmente em culturas sexistas e patriarcais, é vista e introjetada como uma das mais valorosas aspirações e/ou fase ou aspecto do projeto de vida da pessoa mulher.

Sublinhamos a necessidade de incorporação ou de um maior reconhecimento da corporeidade dos sujeitos que traba-

lham, no caso do nosso estudo, das mulheres trabalhadoras. Tal reconhecimento refere-se tanto ao lugar do corpo nos desgastes físicos quanto para as experiências subjetivas ou para a elaboração das vivências. Como foi possível assinalarmos em alguns relatos das entrevistadas, é o corpo que media a relação que elas têm com os ambientes e consigo mesmas. Ademais, trata-se de um corpo sexuado ou gendrado, possui especificidades do ponto de vista estrutural e fisiológico, bem como ganha interpretações e funcionalidades no seio dos processos culturais.

Nesse sentido, acreditamos que este estudo favorece análises mais concretas, compostas e dinâmicas das atividades de trabalho, dos sujeitos que trabalham e das organizações ou ambientes laborais, pois identifica e admite o gênero a partir da contradição capital-trabalho, bem como um fator constituinte dos processos de subjetivação, das relações intersubjetivas e do processo saúde-doença no âmbito laboral.

Outrossim, consideramos indispensável à inclusão ou ampliação do lugar da dimensão de gênero nas ações de vigilância em saúde do(a) trabalhador(a) e/ou que se pretendam alcançar mudanças e transformações das realidades laborais com vista ao enfrentamento do AMT e da promoção do bem-estar, do desenvolvimento e da realização no e pelo trabalho.

Por fim, ressaltamos que o AMT é um fenômeno complexo e multidimensional, sendo prudente evitar perspectivas e análises que tendam a dar contado de tudo. Por isso, acreditamos que a inclusão da dimensão de gênero para análise do mesmo, embora indispensável, não esgota as compreensões ou discussões acerca da problemática, dado que o gênero enquanto prática e marcador social está imbricado a outras questões sociais, o que explica, por exemplo, uma variação das vivências de gênero entre pessoas congêneres.

Embora, neste estudo, tenhamos situado a perspectiva de gênero em um campo de investigação pautado no reconhecimento do seu caráter social, relacional, interdisciplinar e interseccional, pontuaram como limites deste estudo o não aprofundamento da perspectiva interseccional, principalmente no que diz respeito à relação entre gênero, classe social e raça/etnia

para as ocorrências de AMT. Esperamos que outros estudos surjam com essa finalidade, além disso, que possam incluir outras categorias sociais, como sexualidade, nacionalidade e deficiência nas análises.

Referências

ABRAMO, Laís. **Novas figuras do trabalho na América Latina**. *In*: HIRATA, Helena; SIGNINI, Liliana (Orgs). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 21-41.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a exploração do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. v. 200, n. 7. p.2007 Disponível em: http://bibliotecavirtual. clacso. org. ar/clacso/se/20100517090935/08antu. Pdf. Acesso em: 15 jan.2020

ANDRADE, Cristiane B.; ASSIS, Simone G. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, p.1-13, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303765720180001004 02&script=sci_abstract&tlng=pt.dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917.DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917. Acesso em: 25jan.2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (L. A. R, Augusto, trad.). São Paulo: Edições 70, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** (H. R. Candiani, trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christopher. **Entre o desespero e a esperança:** como reencantar o trabalho**?** *CULT*, n. 139, p. 49-53, 2009.

DEJOURS, Christopher. **Trabalho e emancipação.** (F. Soudant, trad.). Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, Christopher. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em Estudo**, v.17, n.3, p. 363-371, 2012b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/ZCgmnvttLdFqdzFb3tdZ3zt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 ago.2021

DEJOURS, Christopher. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, v.33. n.2, p. 9-28, 2013. Disponível em: https://docplayer.com.br/24920304-A-sublimacao-entre-sofrimento-e-prazer-no-trabalho-1.html. Acesso em: 25 ago.2021

FREITAS, M. E.; HELOANI, Roberto.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GUEDES, Márcia. N. **Terror psicológico no trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

HELOANI, Roberto. Violência invisível. **RAE executivo**, v. 2, n. 3, p.57-61, 2003.

HIRIGOYEN, M. F. **Malaise dans le travail:** harcèlement moral démêler le vrai du faux. Paris: Syros, 2001.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. (W.C. Brant, trad.). São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. *In*: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007a. p.89-108.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v.26, n.1, p.61-73, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scie-

lo.php?pid=S010320702014000100005&script=sci_arttext. doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005. Acesso em: 15 jan.2021

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, v.7, p.1-24, 2015. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf. Acesso em: 15 mar.2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero –** Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2ª. ed.)**.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 10 mar.2021

LOPES, Maria. M. Gênero e histórias das ciências: iniciando uma reflexão no Brasil. *In*: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2007. p.341-354.

KERGOAT, Danièle. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos** *CEBRAP*, v.86, p. 93-103, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013300201000010005. Acessado em: 20 jun.2020

MOTA, Elizabete. A. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho. *In*: VARELA, R. (Coord), **A Segurança Social é Sustentável –** Trabalho, Estado e Segurança em Portugal. Lisboa: Bertrand, 2013, p.291-312.

Pai, Daiane D. et al. Violência física e psicológica perpetrada no trabalho em saúde. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n.1, p.1-10, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/Nqz7CrLLtVmhNjgjNKgMQ9t/abstract/?lang=pt. DOI: http://

dx.doi.org/10.1590/0104-07072018002420016. Acesso em: 27 out.2021

SELIGMANN-SILVA, Edith. Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos. *In*: **Congresso Internacional Sobre Saúde Mental no Trabalho**, v.2.p.64-98, 2007. Disponível em: https://feapsico2012.files.wordpress.com/2015/04/edith_seligmann_silva.pdf. Acesso em: 20 mar.2021

YANNOULAS, Silvia C. (2013). Sobre o que nós, mulheres, fazemos? *In*: YANNOULAS, Silvia C. (Org.). **Trabalhadoras –** Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013, p.31-65. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/31211. Acesso em: 20 jan.2021

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL, MULHERES E A LITERATURA

Niágara Vieira Soares Cunha

Ruth Maria de Paula Gonçalves

Introdução

Compreendemos que a arte, por ser uma porção de humanidade, uma vez que parte do cotidiano possibilita um importante caminho para a compreensão do ser social como partícipe do gênero humano, e do papel do trabalho na reprodução social, além de estabelecer a crítica diante do impacto dessas relações no cotidiano das mulheres, acentuado na sociedade do capital em crise estrutural.

Destarte, é oportuno enfatizar que a sociedade contemporânea, no contexto da crise estrutural do capital, atinge a esfera da objetividade, alcançando o ser social no que há de mais singular. Com efeito, as mulheres, em sua condição de vida e trabalho, sofrem os revezes da sociabilidade do capital, na qual, sob a mulher, assenta-se a questão da subalternidade. Cabem, no contexto, percebermos diante da literatura o contraponto, tanto ao discurso quanto à prática que impede, especificamente para esta produção, a apropriação da arte para a maioria das mulheres.

Em uma sociedade, na qual a arte que é produzida para o público maior – apresentando pouco conteúdo social com o intuito de atender à demanda mercadológica e de manutenção do próprio sistema político-econômico –, ocorre que a arte autêntica, que extravasa as emoções, as produções sociais e as questões político-sociais do povo, esteja restrita a um pequeno grupo que detém privilégios, produz e reproduz opressões.

Faz-se necessário identificarmos, através da literatura em associação com a produção científica, elementos que alimentam o processo de opressão da mulher na sociabilidade capitalista. Com isso, a hipótese deste livro está na perspectiva de que

os escritos sobre mulheres, a partir da literatura, podem expressar o cotidiano produzido por produções sociais e políticas que apresentam um contexto opressor.

Este livro se justifica por sua questão central, apresentando originalidade quanto à temática em conjunto com o suporte teórico que o norteia. Percebemos uma escassez de material científico, haja vista que a retomada histórica da Teoria da Reprodução Social, no âmbito científico, estruturou-se há pouco mais de dois anos.

Diante da problematização por ora apresentada, faremos um esforço investigativo para identificar na arte/literatura, por meio de escritos de Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, objetivação humano-genéricas, analisando as significações evidenciadas nos textos literários alicerçados pela literatura científica que representem a relação entre mulher e trabalho na sociabilidade contemporânea, juntamente à Teoria da Reprodução Social, frente à crise estrutural do capital.

Delimitamos como método o materialismo histórico-dialético e a pesquisa bibliográfica como ferramenta que auxilia o referencial teórico-metodológico de nosso livro.

Teoria da Reprodução Social, Mulheres e a literatura como forma de acesso ao cotidiano velado

Aqui, apontaremos elementos essenciais para a compreensão dos processos de opressão, vivenciados por mulheres, tomando como base a teoria da reprodução social e como alguns escritos expressos em livros literários podem forjar debates para atingir um processo consciente de como as mulheres vivenciam situações de opressão. Utilizaremos as obras *Poemas da Recordação e outros Movimentos* e *Olhos D'água*, de Conceição Evaristo, como também *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, para efeito deste capítulo/pesquisa.

Dessa forma, seguindo com Diógenes (2020, p. 263), reconhecemos que, "através da literatura, é sim, possível conhecer as inclinações ideológicas do grupo dominante da época em que aquele material foi produzido", afinal, a obra de arte reflete

a realidade histórico-social, sem se reduzir à condição de cópia. Ademais, representa a vida cotidiana, neste caso, de mulheres atravessadas pelo tempo histórico.

Inicialmente, é preciso saber que as mulheres, historicamente, destacam-se em um cenário de trabalho excessivo, visto que muitas desempenham trabalhos remunerados e não remunerados nos três turnos do dia. Essa sobrecarga de trabalho doméstico pode encontrar a raiz do seu problema na compreensão da Teoria da Reprodução Social, esta renovada por feministas marxistas, a partir dos esforços de retomar conceitos expressos por Karl Marx, principalmente em *O Capital* – livro I.

Para compreender a relação das múltiplas jornadas de mulheres com o grande capital, precisamos destacar que a Reprodução Social se estabelece a partir da manutenção e da reprodução da vida em nível diário e operacional. Então, qual a sua relação com o sistema socioeconômico atual?

Passemos a apreender alguns elementos necessários para o desenvolvimento dessa problemática, como alguns conceitos básicos abordados por Marx (2013) no livro *O Capital*, que trataremos, a priori: força de trabalho, o trabalhador(a) e capitalista. A força de trabalho é desempenhada apenas pelo trabalhador(a), que se submete em uma relação de venda desta força, já que é o único bem que possui. Já o capitalista se apropria desta força de trabalho para geração de valor, de lucro.

O que precisamos relacionar, neste momento, é que: o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a mão de obra, mas, também, as relações que a geram e a repõem, e essas ocorrem fora do processo de produção (ARRUZZA *et al*, 2019). Há uma energia excessiva retirada do trabalhador que deve ser reposta, cotidianamente, para que a produção não possa parar. Diante disso, quem realiza essa regeneração da força de trabalho?

Os capitalistas não assumem as tarefas de manutenção da vida dos trabalhadores. As principais atividades são desenvolvidas no âmbito familiar e, em sua extrema maioria, por mulheres. Nesse sentido, estabelece-se, então, uma relação entre múltiplas jornadas de trabalho, opressão que as mulheres vivenciam

e o grande capital. Tal relação pode ser compreendida a partir da Teoria da Reprodução Social. Como Tithi Bhattacharya assinala em seu artigo, originalmente publicado no *Socialist Worker*, em 2013, o qual foi traduzido e publicado pela Revista Outubro, em 2019.

> A teoria da reprodução social mostra como a "produção de bens e serviços e a produção da vida são partes de um processo integrado" [...]. Se a economia formal é o local da produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas se produzem a si mesmas fora do âmbito da economia formal a um custo muito baixo para o capital. (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Interessa notar que a instituição capitalista esconde, então, "suas marcas de nascença", que correspondem à mão de obra para a produção de pessoas, geralmente desempenhada por mulheres. Estas duas produções, de pessoas e de lucros, no ideário capitalista, são produções distintas e que não se associam, o que passa a ser um artefato da sociedade capitalista. Todavia,

> [...] o trabalho de produção de pessoas sempre existiu e sempre foi associado às mulheres. No entanto, as sociedades antigas não conheciam divisão nítida entre "produção econômica" e reprodução social. Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada "econômica" e remunerada [...]. A reprodução foi relegada "à família", onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como "cuidado" em oposição a "trabalho", realizada por "amor" em oposição ao dinheiro (ARRUZZA et al, 2019, p. 108-109).

Com o aprofundamento das crises geradas pelo capitalismo, as mulheres passaram a acumular uma carga horária de trabalho excessiva por assumir mais funções fora do espaço familiar, ao passo que não se distanciaram das atribuições domésticas. Isso tudo sob as condições de um sistema econômico que impulsiona, cada vez mais, para uma diminuição do suporte estatal à assistência social, levando famílias, comunidades e, acima de tudo, mulheres aos seus limites, conduzindo-as à destruição de suas capacidades de existência (ARRUZZA *et al*, 2019).

A destruição da capacidade de existência de mulheres é bem expressa por Conceição Evaristo, no conto "Maria", do livro Olhos D'água, e por Carolina Maria de Jesus, em "Quarto de Despejo: diário de uma favelada", que representam, cada uma ao seu estilo, mulheres que atravessam dificuldades inesgotáveis. E mais: parece que a felicidade e a tranquilidade de viver não as visitam, pois, assoberbadas pelo cuidado de outros, se perdem na miríade de impossibilidades para cuidarem de si próprias. As condições de vida e trabalho destacadas no seio dos escritos das autoras denota um sistema político-econômico que rapta, cotidianamente, possibilidades de dignidade de existência humana. Assim, foi com Maria que:

> [...] levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinha enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. [...] Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir nariz. [...] As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos iriam gostar de melão? (EVARISTO, 2016, p. 40-41).

Todavia, Maria não conseguiu chegar a casa, pois foi impedida por um ato selvagem de violência alimentada pela estrutura opressora: "Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arreben-

tado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar de melão?" (EVARISTO, 2016, p. 42).

A maioria das mulheres sofre com trabalho precário e mal remunerado e, cada vez mais, com jornadas extensas que reduzem, de maneira significativa, o tempo disponível para cuidarem de si. Em contrapartida, à medida que os serviços sociais públicos decrescem ou desaparecem, a situação das mulheres torna-se ainda mais inepta. Isso se intensifica ao quão mais pobre for esta mulher; no Brasil, são, em sua maioria, negras.

A vinculação de atributos da feminilidade às funções de trabalho doméstico é uma marca histórica na vida de mulheres. Com isso, no ideário social, há uma responsabilização da figura feminina ao trabalho relacionado ao cuidado, reforçando uma ideia de que as mulheres são naturalmente dotadas de atributos como: delicadeza; emoção; passividade; e instinto maternal. Tais características tendem a situar as mulheres no contexto da reprodução social, exercendo funções ligadas ao cuidado com o outro como principal atividade. Podemos ver o que Carolina assinala de forma contundente em uma das passagens de seu diário, "Quarto de Despejo",

> Cheguei a casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua [...]. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem privilégio de gozar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte [...]. Vinha pensando. Quando eu chegar à favela vou encontrar novidades. [...] O João José veio avisar-me que a perua que dava dinheiro estava chamando para dar mantimentos. Peguei a sacola e fui. [...] Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. [...] O nervoso interior que eu sentia ausentou-se. Aproveitei minha calma interior para eu ler. [...] Li um conto. Quando

> iniciei outro surgiram os filhos pedindo pão (JESUS, 2020, p. 12).

Observem a falsa coincidência entre os escritos de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus utilizados aqui. Falso, porque o trabalho de cuidado com os filhos outorgado às mulheres e a miséria estabelecida na vida de uma parcela considerável da sociedade são um dos elementos sociais que o capitalismo esconde, mas do qual depende para sobreviver. Visto isso, a reprodução social abrange atividades que demandam "grandes quantidades de tempo e recursos que são necessárias para dar à luz, cuidar e manter seres humanos" (ARRUZZA et al, 2019, p. 106).

Tal debate já é pauta de movimentos feministas desde a década de 1920, quando feministas reconheceram que o capitalismo necessitava do trabalho reprodutivo não remunerado para manutenção da força de trabalho, sendo boa parte deste trabalho atribuído às mulheres, com o cuidado (alimentação, apoio psíquico, higiene, saúde de maneira geral etc.), e manutenção das vidas dos trabalhadores (FEDERICI, 2019).

Vale destacar a força de trabalho ser reproduzida por três processos interconectados caracterizados por atividades que regeneram os trabalhadores fora do processo de produção e permitem regressar a ele. As atividades envolvem: comida; uma cama para dormir; cuidados com questões psíquicas; com crianças; com idosos; a reprodução de novos trabalhadores através do parto etc.

Todas essas atividades citadas fazem parte da base para a operacionalização do sistema capitalista e são realizadas, completamente, de forma gratuita para o sistema, por meio de mulheres (em sua maioria) e homens dentro dos lares e da comunidade. Diante de toda a discussão apresentada nesta seção, o que podemos destacar é que a sociabilidade do capital se utiliza da marca de gênero da classe trabalhadora para seguir em uma ofensiva em se beneficiar do trabalho de reprodução social e da despesa limitada do salário social, que é utilizada pelos trabalhadores para garantir a sua existência. Assim,

> O sistema não pode passar sem a reprodução social "sem colocar em perigo o processo de acumulação", na medida em que a reprodução social assegura a existência continuada de uma mercadoria de que o capitalismo precisa acima de tudo: trabalho humano. Compreender esta dependência contraditória entre produção e reprodução social é chave para entender a economia política das relações de género, incluindo as da violência de gênero (BHATTACHARYA, 2019, p. 19).

Na expressão de uma literatura potente representada por duas mulheres negras, finalizamos, enfatizando que as mulheres que sustentam, cotidianamente, o peso de garantir a reprodução da vida de outrem possam perceber/compreender as implicações da base operacional da reprodução social no capitalismo em suas vidas e repercussão social, histórica e cultural na prática social, com vistas a lutar contra o que está posto no contexto de exploração de um ser social sobre outro. Que possamos acessar o que Evaristo (2017, p. 39-40), no poema "Na mulher, o tempo..." ecoa

> [...] na rouquidão de seu silêncio
> de tanto gritar acordou o tempo
> no tempo.
> [...] E só,
> não mais só,
> recolheu o só
> da outra, da outra, da outra...
> fazendo solidificar uma rede
> de infinitas jovens linhas
> cosidas por mãos ancestrais
> e rejubilou-se com o tempo
> guardado no templo
> de seu eternizado corpo.

Considerações Finais

Conseguimos identificar em trechos da literatura as manifestações da história de mulheres que possuem um cotidiano assoberbado pela miséria, pelo cuidado com o outro, obstinadas a lutar pela sua sobrevivência e a dos seus.

O destaque nestes poemas e contos é a representação da vida, e, aqui, apontamos o que o sistema capitalista desempenha, para a sua perpetuação, ao se utilizar da reprodução social para a manutenção da força de trabalho e os impactos sentidos no âmbito da opressão de mulheres.

Utilizamos a literatura para que, diante das objetivações humano-genéricas e significações evidenciadas, pudessem apresentar a Teoria da Reprodução Social, apreendendo a realidade através dos trechos literários utilizados.

A porção de humanidade presente nos escritos destacados no presente capítulo permite que possamos acessar a literatura em sua íntima relação com o humano e atinjamos as camadas mais profundas das relações expressas, das emoções, das opressões etc., que as autoras Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus nos apresentam por meio de seus escritos.

Referências

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. **Revista Marx e o Marxismo**. v.7, n. 12, jan/jun, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Trad. Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

DIÓGENES, L. A. **Estética, Literatura e Formação Humana**: um diálogo entre Honoré de Balzac e Gyorgy Lukacs. São Paulo: Caipora, 2020.

EVARISTO, C. **Olhos D'água**. 1º ed. Editora Palhas: fundação biblioteca nacional. Rio de Janeiro, 2016.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, C. M de. **Quarto de Despejo:** diário de uma favelada. 10º ed. Editora Ática, São Paulo, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OS HOMENS TÊM MEDO DE MULHERES DESTEMIDAS: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DA INSUBORDINAÇÃO FEMININA NO FILME "SILENCIADAS (2020)"

Chayenne Uchôa de Carvalho

Pensar sobre a violência contra as mulheres, que ainda persiste em nossos dias, significa, também, a necessidade de nos voltarmos para suas raízes históricas em tempos e lugares diferentes. Essa forma de controle sobre o sexo feminino possui raízes profundas que se estendem até hoje, manifestadas sob a forma da violência psicológica e física, que se fazem presentes, principalmente, entre as paredes do ambiente doméstico, ou visíveis para o mundo inteiro, como o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. Para termos um vislumbre mais nítido do início dessas formas de violência, precisamos voltar ao passado, sobretudo para uma figura que foi elencada nas últimas décadas como símbolo de resistência – não aleatoriamente – pela luta feminista atual: a bruxa.

Surgida em um momento histórico de obscurantismo e incutida no imaginário popular, a figura da bruxa foi moldada a partir de uma série de suposições místicas, absurdas e, sobretudo, pela tentativa de controle sobre as mulheres. A principal relação com o surgimento dessa figura foi a perseguição católica às seitas hereges, muitas das quais permitiam que as mulheres pudessem ter posições de igualdade e de liberdade a dos homens no âmbito social, divergindo das concepções de sociedade da época. O que tornou essa prática ainda mais temida pela Igreja – faz-se necessário relembrar da importância do clero no papel político e socioeconômico do período – foi que, além de conferir poder social às mulheres, os movimentos hereges – movimentos de indivíduos que não se adequavam aos dogmas cristãos – também promoviam a liberdade sobre sua sexualidade e suas tentativas de controle de reprodução. Tais aspectos já eram temidos e, consequentemente, abominados pelo catolicismo, o que promovia uma sexualidade politizada – como cita Silvia Fe-

derici em *Calibã e a Bruxa* (2017) –, regida por uma legislação repressiva. Sendo assim, as escolhas sexuais das hereges já poderiam ser vistas como uma forma de insubmissão e de rebelião anticlerical.

No entanto, foi apenas a partir da percepção de que a liberdade feminina – principalmente a sexual[7] – poderia ameaçar de alguma forma o "equilíbrio social" e econômico da época, que o medo se intensificou, e histórias fantasiosas das mais variadas foram criadas e, logo, internalizadas no imaginário popular, com o intuito de justificar as sangrentas perseguições e as inúmeras atrocidades às quais as mulheres eram submetidas. Assim, a figura da bruxa foi criada e incutida nas crenças das massas da época: a bruxa era a mulher que fazia pactos, era serva do diabo e que fazia orgias satânicas em rituais obscuros; que era causadora de todos os desejos animalescos dos homens e que cometia infanticídio. Com o início e a propagação dessas histórias, não tardou para que todos os infortúnios que acontecessem a um homem ou a uma cidade fossem culpa de uma bruxa.

Nessa perspectiva, foi analisada a imagem da bruxa e seu caráter de insubmissão no longa metragem *Silenciadas* (2020) – dirigido por Pablo Aguero e produzido pela plataforma de streaming Netflix –, com base, principalmente, nos escritos da autora italiana Silvia Federici. A obra cinematográfica apresenta-nos a história de seis garotas acusadas de bruxaria, presas e interrogadas, exaustivamente, em tom acusatório e humilhante pelas autoridades designadas pela coroa espanhola no início do século XVII. As protagonistas eram camponesas pertencentes a um vilarejo basco de economia pesqueira, ou seja, em épocas de melhor maré, os homens abandonavam a terra e iam para o mar, deixando as mulheres sozinhas. As mais jovens, por sua vez, adquiriam uma maior liberdade de locomoção pela região campestre, enquanto as idosas ficavam responsáveis por cuidar das famílias.

[7] Como evidencia Federici no excerto: "[...] uma mulher sexualmente ativa constituía um perigo público, uma ameaça à ordem social, já que subvertia o sentido de responsabilidade dos homens e sua capacidade de trabalho e de autocontrole." (2017, p. 343)

Durante os séculos XVI e XVIII houve uma intensificação da perseguição, da tortura e do assassinato de mulheres pela Igreja, caracterizando-se como o período auge da caça às bruxas, no qual as histórias míticas sobre elas já estavam amplamente difundidas no cotidiano da população, assolando a sociedade com um medo fictício e mascarando a violência, como elucida Federici: "[...] os anos de propaganda e terror certamente plantaram entre os homens as sementes de uma profunda alienação psicológica com relação às mulheres, o que quebrou a solidariedade de classe e minou seu próprio poder coletivo" (2017, p. 340). Nesse âmbito, prevalecia o sentimento de impotência da comunidade e de dependência pelas instituições de poder (Igreja). Assim, as denúncias apresentavam-se com uma frequência absurda, pois qualquer infortúnio seria culpa dos rituais satânicos, qualquer mulher ingrata e realizando uma atividade "suspeita" poderia ser uma bruxa. Esse fator pode ser observado, claramente, no filme, na cena em que as garotas são presas, devido a denúncias da própria comunidade, por terem sido vistas indo à floresta, sozinhas, e dançando. Dessa forma, é notório que o medo – tanto das bruxas quanto dos próprios terrores da inquisição – estava tão incutido nas massas populares que a solução mais prática era a denúncia às autoridades, onde, no filme, foram retratadas por meio de um juiz e um escrivão enviados pela Coroa, e de um padre local.

Após sua prisão, as jovens, ainda, sem compreender o que estava acontecendo, foram chamadas, individualmente, para falar com o juiz em um interrogatório preliminar, no qual ele as acusava de bruxaria, e estas, tinham que assinar um termo confirmando sua culpa, prestar um depoimento, explicando toda sua relação com o *Sabbat* e como este era realizado. Em um primeiro momento, todas negaram serem bruxas, mas logo perceberam que os homens já estavam convictos de suas afirmações e que independente do que respondessem, elas seriam queimadas vivas. Como forma de tentarem fugir da situação, planejaram uma maneira de adiar seu julgamento a fim de que os marinheiros, ao voltarem para o vilarejo e não as encontrassem, fossem reclamar sua inocência e as salvassem. Assim, cada uma das prisioneiras deveria contar histórias, que durasse um dia

inteiro, contabilizando seis dias ao todo, ou seja, o tempo aproximado que levaria para que os marinheiros retornassem a terra. Para criar as histórias, elas utilizaram inúmeros elementos pelos quais estavam sendo acusadas, suas próprias vivências e alguns pontos da própria cultura popular da época, fornecendo às autoridades as narrativas que queriam ouvir. Ao final, elas se ofereceriam para mostrar como ocorria um Sabbat, obviamente também inventado, para poderem fugir.

Tendo em vista o período em que se encontravam, no qual o genocídio de mulheres ocorria de forma alarmante, apenas a tentativa de se manterem vivas já pode ser compreendida como uma forma de resistência, pois "nunca, ao longo da história, as mulheres foram submetidas à tão grande agressão, organizada internacionalmente, aprovada pelas leis e abençoada pelas religiões" (FEDERICI, 2019, p. 70). Ademais, somando-se a esse fator, a própria invenção de relatos se caracteriza como outra importantíssima forma de insubmissão, pois as personagens utilizaram a seu favor – enganando as autoridades masculinas – uma das principais ferramentas de alienação da população e de propagação do terror: as histórias sobre bruxas.

Do ponto de vista histórico, muito dessas narrativas fantasiosas tinham por base confissões – adquiridas por meio de incessantes e terríveis torturas – que eram utilizadas como pressupostos para continuar o ciclo de prisão, acusação e assassinato de mulheres, como são observados no trecho do livro *História da Bruxaria*, que exemplifica como funcionava essa relação durante o período de caça às bruxas:

> O processo é simples. Morre um determinado número de crianças. A parteira é uma viúva solitária e impopular. A culpa pelas mortes recai sobre ela e toma contornos sobrenaturais. Portanto, ela deve ser uma bruxa. Mas é mais do que sabido que bruxas voam à noite, fazem pactos com o diabo e praticam outras espécies de demonolatria. Perguntas a respeito de tudo isso lhe são feitas sob tortura e, em sua agonia e terror, ela confessa.

> A confissão reforça a imagem aceita da bruxa. Infortúnios são interpretados como ações maléficas, as ações maléficas são vistas como feitiçaria, a feitiçaria é percebida como bruxaria, e mais um ser humano é torturado e morto (RUSSEL; ALEXANDER, 2019, p. 107-108).

No entanto, no filme, mesmo sabendo o que as aguardava com essas narrativas – inclusive, uma das garotas foi terrivelmente torturada fisicamente em decorrência disso –, as personagens permaneceram firmes em seu posicionamento insubmisso, pois reconheciam sua própria inocência e percebiam a necessidade de lutar por sua liberdade. As histórias contadas aos inquisidores, principalmente por Ana Ibarguren, a mais velha das personagens e que se intitulava como líder, poder ser compreendida por meio de metáforas pela visão que os homens tinham acerca da liberdade feminina, o que causava uma ambivalência de espanto e admiração. As narrativas nada mais eram do que suas próprias vivências, tendo elementos substituídos por símbolos ritualísticos, diabólicos e sexuais, pois era dessa forma que os homens queriam enxergar toda e qualquer ação de uma mulher que fugisse, minimamente, do padrão de feminilidade imposta. Diante dessa imposição de normas de comportamentos, a mulher deveria ser "assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividades" (FEDERICI, 2019, p. 70-71).

Essa visão, contudo, ainda possuem traços ainda muito presentes na atualidade, pois, mesmo em pleno século XXI, comportamentos femininos que não se adequam às imposições patriarcais de nossa sociedade continuam, com frequência, sendo distorcidos, perpetuando inúmeras formas de violência de gênero. Estas, por sua vez, se estendem em campos físicos, sociais, econômicos e políticos, sendo incitadas, segundo Federici (2019), pelas novas formas de acumulação de capital, que propiciam o abuso público e doméstico das mulheres, na medida em que o papel feminino na sociedade reside na mão de obra

barata – sexualização, objetificação e venda de seu corpo; jornada dupla de trabalho; trabalho doméstico não remunerado. Portanto, é passível de análise que o papel da mulher na sociedade, além de ter se tornado capitalizado permaneceu com os antigos valores que relacionam feminilidade e submissão que estão intrinsecamente conectados com as formas de violência de gênero.

> O trabalho das mulheres no lar como produtoras de novas gerações não desapareceu, mas não é uma condição suficiente para a aceitação social. Ao contrário, a gravidez é, muitas vezes, uma desvantagem, aumentando significamente a vulnerabilidade das mulheres à violência [...] Assim, a política econômica que emergiu recentemente estimula relações familiares mais violentas, já que as mulheres não devem depender dos homens e devem levar dinheiro para casa, mas depois são vítimas de abusos se deixam a desejar nas tarefas domésticas ou se exigem mais poder como reconhecimento a suas contribuições monetárias. (FEDERICI, 2019, p. 99)

Tendo esse aspecto em vista, faz-se necessário ressaltar que, nesse quadro de violência contra a mulher, uma das principais problemáticas que levam à sua perpetuação é o medo de denunciar. Isso ocorre em decorrência do medo de possíveis agressões e rejeições, visto todo o histórico de violência já perpassado na história das mulheres, principalmente ao terem suas narrativas distorcidas até mesmo em momentos de denúncia. Em períodos anteriores, como no momento histórico apresentado por *Silenciadas,* a situação era ainda mais alarmante, e, devido a isso, é pertinente pensar a suma importância dos movimentos feministas, tanto para a geração atual quanto para as anteriores. Dessa forma, é perceptível que as mais diversas lutas femininas foram silenciadas ao longo de toda sua vida, e continuam dessa forma, pois se configuram como forma de insubmissão e apresentam sua importância não só para as mulhe-

res mais jovens, que estão lutando pelo seu lugar na sociedade, mas, também, para as mais velhas, que, muitas vezes, sofreram inúmeras formas de agressão. Estes movimentos permitem que as mulheres construam a concepção da importância da sua liberdade e do desprendimento das ideológicas amarras masculinas presentes na sociedade, para que elas voem livres, como as bruxas das narrativas fantasiosas.

Na obra cinematográfica analisada, o final é marcado pela execução do *Sabbat* e pela fuga das garotas em direção a um precipício da costa marítima. No entanto, toda a simbologia apresentada carrega uma forte mensagem sobre o poder da união feminina, a influência dos movimentos de insubmissão e o grito atemporal pela liberdade das mulheres. Nesse sentido, pode ser observado que a execução do falso ritual representou a força feminina ao desafiarem o sistema genocida no qual estavam inseridas, inspirando as outras mulheres a perceberem seu próprio poder e a necessidade de lutar por sua liberdade. Esse aspecto foi simbolizado pelas freiras retirando seus chapéus durante o *Sabbat*, pois estes eram usados, forçadamente, para esconder seus cabelos e "mostrar" uma postura subserviente aos homens, visto que era ocultado parte da sua feminilidade, da sua confiança e da sua sexualidade. Essa cena pode ser mais bem analisada a partir da consideração da simbologia empregada com esses elementos: a retirada do chapéu e a exposição dos cabelos. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2019), o chapéu pode simbolizar a cabeça e o pensamento, sendo a mudança desse objeto, no caso a sua retirada, uma mudança de ideia e de visão do mundo. Já no caso do "cabelo", esses autores afirmam que a sua soltura se trata de uma renúncia às limitações e às convenções do destino individual, da vida comum e da ordem social. Dessa forma, a partir dessas definições, o ato das freiras pode ser considerado como um rompimento com as ideias sociais presentes na época, a partir da influência de um movimento de resistência e de insubmissão (o *Sabbat* simulado pelas garotas).

Com a execução deste ritual, as garotas conseguiram uma oportunidade para fugirem juntas pela floresta e escaparem dos inquisidores, levando consigo apenas sua coragem e uma to-

cha acesa para iluminar seu caminho. Uma perseguição contra as protagonistas foi executada por todos os espectadores do *Sabbat*, até que elas se depararam com um penhasco, não havendo escapatória além da alta queda para o mar. Nessa cena, uma das freiras que acompanhava toda a situação começou a cantar uma música popular, com o intuito de apoiar as garotas a não se entregarem, o que resultou na decisão das jovens de pularem juntas de mãos dadas do penhasco, dizendo que iriam voar, deixando para trás apenas uma tocha acesa e os homens atônitos. Esse momento do filme é um dos que carregam maior significado quando se faz uma análise sob a perspectiva das lutas femininas, pois enfatiza a sororidade e a resistência das mulheres mesmo em situações adversas.

Nessa perspectiva, alguns elementos podem ser destacados como os mais significantes, simbolicamente, sendo o primeiro deles a música cantada por outra mulher, a qual garantiu às garotas a confiança que precisavam para não desistirem e o que deixa em evidência a importância da união feminina, principalmente em momentos de obscurantismo. O segundo elemento é o pulo, considerado como voo, pois remete às histórias de bruxaria, onde elas teriam poderes e conseguiriam voar, enfatizando, novamente, a questão das narrativas sobre bruxas. Por fim, como terceiro tópico, há a tocha abandonada pelas garotas ao "voarem", simbolizando o fogo das fogueiras nas quais incontáveis mulheres foram silenciadas, permanentemente, por conta de uma cultura machista, patriarcal e violenta.

O filme deixa um final aberto, mas sua mensagem é clara para os dias atuais: a importância das lutas femininas. As mulheres sofreram ao longo da história por meio de diversas formas de violência – física, psicológica, política e econômica – e permanecem sendo violentadas. Porém, o seu caráter de insubmissão é essencial para lutar contra o sistema opressor que rege a sociedade e que tende a querer diminuir esse gênero, como é evidenciado no excerto: "Em todos os casos, a decisão das mulheres de contra-atacar, romper seu isolamento e se juntar a outras tem sido vital para o sucesso desses esforços" (FEDERICI, 2019, p. 104). Dessa forma, é perceptível que, mesmo com tantas adversidades, as mulheres mostram-se detentoras de

enorme força e poder, ou seja, torna-se nítido que as tentativas masculinas de diminuí-las ocorrem devido ao temor das amplas capacidades femininas, da sua coragem e de seu poder. Tal fator torna excepcionalmente pertinente a frase dita pela freira idosa, na obra cinematográfica, para uma das garotas ao aconselhá-la a continuar a ser forte: ‘‘Homens têm medo de mulheres destemidas’’.

Referências

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. p 996.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. p 460.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**: da idade média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019. p.160.

RUSSEL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2019. p. 280.

PUTA, VAGABUNDA E INTERESSEIRA: UMA ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA ACERCA DA NECESSIDADE DE UM FEMINISMO PARA TODAS.

Larissa Gomes Pereira

Júlia Maria Martins da Silva

Sarah Baptista de Sá

Lavinia Rocha dos Santos Nonato

Introdução

A história da colonização brasileira, extermínio dos povos nativos, escravização de pessoas negras e a perseguição às culturas diferentes daquelas impostas pelos colonizadores são questões essenciais para se entender o Brasil atual. Um país patriarcal, periférico, emergido como potência no mercado mundial, mas que vivencia um processo de retrocesso em direitos civis e desmonte institucional. A crise sanitária provocada pelo coronavírus[8] e agravada pelo desgoverno de Jair Bolsonaro demonstra como o projeto neoliberal brasileiro não é sustentável, ou melhor, como ele é sustentado por vidas da classe trabalhadora.

Nesse contexto, afirmamos: à sombra de qualquer crise, o direito das mulheres continua a ser questionado, como criticamente afirmou Simone de Beauvoir (1949). Por isso, há a necessidade de pensar como a estrutura social mantém o gênero feminino em subjugação. Pois, a estrutura patriarcal coloca a mulher em condições históricas e sociais mediadas pelo desenvolvimento de uma cultura capitalista, reproduzida em um

[8] O primeiro caso do novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado na China em 2019 e logo apresentou crescimento rápido, primeiro no continente asiático e depois por outros países. Tomou dimensão e foi definido pela a Organização Mundial da Saúde (OMS) como a pandemia do novo coronavírus. Chegou ao Brasil em meados de março de 2020. Vê mais em: https://pebmed.com.br/coronavirus-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-pandemia/

discurso que oprime o gênero feminino, em recortes de classe e raça.

Gerda Lerner (2019) explica como a história da opressão das mulheres pelos homens desenvolveu-se no decorrer das distintas sociedades até tornar-se a opressão real, embora, às vezes, sutil, mas estrutural na sociabilidade do capital. O patriarcalismo o qual aparece em discursos como uma realidade dada é uma construção que reflete as ideias e a ideologia da sociedade hegemônica. Gerda Lerner (2019, p. 204) afirma:

> [...] independente de quanto o poder reprodutivo e sexual da mulher fosse degradado e transformado em mercadoria na vida real, a igualdade essencial não poderia ser banida do pensamento nem do sentimento enquanto as deusas vivessem e enquanto acreditassem que elas regiam a vida humana.

É nesse sentido que se entende a mulher na cultura e na história possuindo sub-representação. Por isso, é emergente a necessidade de pensar e discutir o gênero feminino, incluindo todas, independente de raça e classe social. Se mulheres da classe trabalhadora são a base do sistema de reprodução humana e da generalização do trabalhador, é a partir das mulheres onde o capital se mantém, e é apenas com a emancipação de gênero feminino que outras formas de sociabilidade serão possíveis (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

Nessa perspectiva, para falarmos de um feminismo para todas, tomamos como base algumas letras das músicas de Luísa Sonza, uma cantora e compositora em ascensão no Brasil e elencada na mídia como feminista. A artista foi alvo de críticas em âmbito nacional por ser o centro de polêmicas relacionadas à nudez, sexualização e, esporadicamente, a questões relacionadas às expectativas sociais ligadas a seu gênero. Sua vida e carreira são interpretadas em contraste aquilo esperado para uma mulher, que seja dedicada ao lar e a família.

Entendemos: embora alguns direitos e acessos a uma parcela feminina venha transformando o lugar da mulher na so-

ciedade, a liberdade feminina ainda está atrelada à classe e à raça. No caso de Luísa, a opressão social é materializada em comentários pejorativos e difamadores em suas redes sociais, que demonstram o caráter machista e patriarcal da sociedade. A cantora, também, já foi vítima de ameaças à sua integridade na internet e teve vários de seus vídeos publicados no site pornográfico x *vídeos* sem autorização.

Na apresentação do álbum DOCE22 (2021), ao apresentar a música V.I.P no programa Música Multishow (2021), a cantora diz nunca saber responder às inúmeras afirmações proferidas a ela, que a deixaram traumatizada, como: "você tem que dar um filho ao seu marido!". Ela fala sobre como é esperado a mulher se tornar dona de casa e cuidar do marido. Afirma a ideia de que a mulher até pode ter uma carreira, mas sem largar mão da vida doméstica e dos papéis socialmente atribuídos à mulher. Caso a vida doméstica não seja a prioridade, há repressão.

Luísa afirmou que a enxurrada de críticas foi base para a produção musical nomeada como INTERESSEIRA (SONZA, 2021), a letra diz:

Vagabunda, interesseira.
Eu fazendo meu trabalho
Escutando só besteira
Sem talento, sem graça, forçada
Como é me ver com milhões, dizendo
Que eu não valia nada?

Confesso, não é fácil ser braba todo dia
Tive que aprender a me virar sozinha
Mas se tu queres mais um flash
Vai ter que assinar o meu cheque
Mas se tu queres mais um flash
Vai ter que me dar

Os adjetivos, "vagabunda" e "interesseira" foram os mais relacionados ao nome da cantora, que foi taxada, ao se casar com o artista brasileiro Whindersson Nunes, apenas por interesse. Nesse sentido, toda a valorização do trabalho artístico da

cantora e compositora foi sendo relacionado nas redes sociais, em maior parte, a uma promoção sobre a imagem do ex-marido, como se suas músicas e clipes não tivessem sido notados como uma produção humana (seu trabalho como artista). De acordo com Rodolfo Vicentini (2019), a cantora declarou em entrevista:

> Tudo o que eu aprendi, o que fiz para chegar até aqui, todas as barras que eu passei... a fazer valem de nada? A mulher nunca está ali por mérito próprio. Se você é solteira, você está ali porque deu para alguém, nunca por mérito. Alguma coisa a gente fez com um homem para estar nesta posição.

Com base na ideia de que a cantora experimentou um contexto único atrelado às questões históricas e sociais na qual está inserida, entendemos que a produção artística dela pode ser usada como fonte material de estudo. Pois, em Vigotski (1999), entendemos que a arte se relaciona ao contexto histórico na qual foi produzida. Nessa perspectiva, entendemos ser as músicas de Luísa fontes materiais que expressam como as mulheres sofrem opressão em uma sociedade patriarcal.

É necessário, também, afirmar: dentro do contexto capitalista de mercado, partindo de uma perspectiva materialista dialética, a arte de Luísa não pretende ser revolucionária contra a indústria cultural, mas sim reproduz a engrenagem do capital. Tal ponto é explícito em "INTERESSEIRA" (SONZA, 2021), "Como é me ver com milhões, dizendo que eu não valia nada?". Partindo do entendimento cujo valor do ser humano não pode ser medido por um padrão monetário, entendemos a ideia de valor contida na acumulação de capital mencionada por Luísa equivaler à estrutura capitalista, demonstrando que a cantora reproduz a ideologia liberal.

Nesse sentido, precisamos pontuar a obra de Luísa, como sendo uma expressão da repressão ao feminino na sociedade brasileira, mas, também é entendida como uma produção de trabalho alienado, pois, embora retrate sua vida, não se trata de um trabalho que demonstra a real estrutura movida à reali-

dade proposta a criticar, mas sim acabando por reproduzir. Ou seja, em sua arte, Luísa Sonza retrata sua vivência enquanto estrela pop, mesmo assim, não entendemos como uma crítica à indústria, mas sim como mais um caminho para reprodução do capital, porque o objetivo final da cantora, dentro do contexto econômico inserido, é a acumulação de capital. Sobre esse recorte é que iremos produzir apontamentos sobre a repressão feminina e a necessidade de um feminismo emancipatório.

Isso, porque verificamos que, de forma contraditória, a obra da cantora demonstra um relato da realidade na qual está inserida, mas sem chegar ao cerne das questões estruturais – a mulher é oprimida por um sistema que não pode ser melhorado, mas deve ser superado para os humanos produzirem novas formas de sociabilidade e não seja explorador de outros. Assim, o discurso reproduzido por Luísa faz parte de um ideal feminista liberal, que acaba por reproduzir a própria estrutura oprimindo o gênero feminino. É sobre essa questão onde procuramos nos debruçar: porque o feminismo liberal nunca será um feminismo para todas, mas sim uma forma de nos mostrar que estamos longe da igualdade de gênero.

Metodologia

A partir do método materialista histórico-dialético, procuramos analisar a obra de Luísa Sonza, entendendo se tratar de uma produção humana que aborda questões do gênero feminino sob a visão e vivência da artista. Buscando na materialidade das letras e entrevistas de Luísa Sonza sobre o álbum DOCE22 (2021), apontaremos como a cantora fala sobre a repressão do gênero feminino a partir do feminismo liberal.

Nesse sentindo, partiremos de uma posição crítica, ancorada nos escritos de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), Stolz (2013) e Marina Soler Jorge (2021), para demonstrar como o feminismo liberal não se trata de um movimento para todas, pois nunca irá incorporar as mulheres da classe trabalhadora. Afirmamos que, através do método materialista histórico-dialético, nosso livro não se pretende neutro, entendendo em Netto (2011) que a neutralidade só existe enquanto pretensão.

Assim, concordamos com Netto (2011), o método marxista implica uma determinada perspectiva dos pesquisadores para com o objeto de pesquisa. Por isso, entendendo que a sociabilidade se desenvolve em contradições, por meio da práxis, é possível desenvolver meios de superação para as questões postas. Assim, procuramos, aqui, apontar questões que, acreditamos, precisam ser criticadas e debatidas no âmbito social.

Em Netto (2011), entendemos que o método marxista parte da teoria social da sociedade burguesa, entendendo todas as questões serem interligadas com a produção das condições materiais da vida social. Precisamos destacar que as questões são transitórias, pois falam de um tempo histórico dado em condições de um determinado tempo e contexto. Por causa disso, com este livro, não pretendemos supor delimitações, mas sim apresentar algumas questões o qual fazem parte do movimento real o qual pretendemos demonstrar.

Do que estamos falando?

"Baby, eu não nasci para ficar na cozinha" (SONZA, 2021). Na realidade, nenhum humano nasceu com essa especificidade, mas, historicamente, esse local é direcionado às mulheres. No entanto, quando a cantora afirma que não foi para isso que nasceu, ela fala de um local particular, das suas próprias possibilidades dentro de sua classe atual. Luísa, sendo filha de um agricultor e uma professora, serve como um exemplo do discurso meritocrático, de que, com esforço e talento, todos podem. Não desmerecendo o trabalho e a produção artística da artista, longe disso. Mas outras mulheres, em outros contextos, não chegarão ao topo da pirâmide social. Porque, para que existam milionários, são necessários muitos na miséria.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) demonstram como a grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, as autoras apontam que o feminismo liberal é parte do problema:

> O feminismo liberal propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se har-

> moniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela "diversidade". Embora condene a "discriminação" e defenda a "liberdade de escolha", o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia (p. 35).

Assim, a realidade estrutural do capital não permite que todas as mulheres tenham o mesmo nível de liberdade econômica, sexual etc., porque, sem as mulheres para renovar as forças do trabalhador, não há capital. De acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p.106), a reprodução social abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados, que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades. Esse trabalho de manutenção de pessoas, de cuidado, é feito por mulheres. É um trabalho não pago, desvalorizado e quem, historicamente, é atrelado como obrigatoriedade da mulher, do feminino e da mãe.

> Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa a "diversificá-la", "empoderando" mulheres "talentosas" para ascender ao topo. Ao tratar as mulheres como "grupo sub-representado", suas proponentes buscam garantir que algumas poucas almas privilegiadas alcancem cargos e salários iguais aos dos homens *de sua própria classe*. Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem presas no porão (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 38).

Nesse sentido, enquanto o feminismo liberal afirma a possibilidade de mulheres disputarem cargos e locais de po-

der, demonstra também, de forma camuflada: não são todas as mulheres que ocuparão esses locais de poder. Um feminismo abarcando todas as mulheres, capaz de promover igualdade de gênero, é um feminismo emancipatório. Para que seja possível pensar em um feminismo para todas as mulheres, e não apenas para uma parcela, é necessário romper a confortável aliança do feminismo liberal com o capital financeiro. Pois, o feminismo liberal afirma a sua contradição, pensado para uma sociedade estruturada na desigualdade; demonstra que nunca esteve a representar e defender o feminino, mas sim uma classe. Como afirmam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 39):

> O éthos do feminismo liberal encontra-se não apenas com as convenções corporativas, mas também com as correntes supostamente "transgressoras" da cultura neoliberal. Seu caso de amor com o avanço individual permeia igualmente o mundo das celebridades das mídias sociais, que também confunde feminismo com ascensão de mulheres enquanto indivíduos. Nesse mundo, o "feminismo" corre o risco de se tornar uma *hashtag* do momento e um veículo de autopromoção, menos aplicado a liberar a maioria do que a promover a minoria.

Por causa disso, é preciso que o ideal não seja o sucesso ou a acumulação de capital. Enquanto a noção de mudar o estado das coisas se mantiver atrelado a ter bens e acesso individual, necessariamente, ainda existirão indivíduos na miséria. Concordamos com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), quando afirmam, longe de celebrar as diretoras executivas, nomeadas também como *Chief Executive Officer* (CEO), que ocupam os escritórios mais luxuosos, queremos nos livrar de CEOs e de escritórios luxuosos. A emancipação humana só será possível com a emancipação das mulheres; a questão não pode ser entendida como lutas separadas. Acreditar na necessidade de uma sociabilidade onde o gênero feminino não é subju-

gado é acreditar que a humanidade pode produzir formas mais humanas e dignas de vida social.

O feminismo não é um só?

Ao afirmarmos que o feminismo liberal é parte do problema da reprodução de uma sociedade patriarcal, precisamos explicar: os movimentos feministas não são homogêneos. Recorremos a Stolz (2013) para demonstrar conceituações do feminismo liberal, radical e socialista. Sobre o feminismo liberal, Stolz (2013, p. 35 e 41) afirma que:

> [...] costumava-se atribuir ao Feminismo Liberal tudo aquilo que definia a versão do liberalismo típico e tradicional: caráter abstrato de sua teoria, pretensão de universalidade, importância excessiva à ideia de mérito em detrimento de outras noções e outros valores, distinção taxativa entre público e privado. [...] Deste modo, o Feminismo Liberal se centrará na identificação dos obstáculos, na igualdade de oportunidades e na articulação das práticas tendentes a alcançá-la. Sobre as barreiras, parte-se, entre outras constatações empíricas, de que em todas as atividades e profissões, as posições hierárquicas e de prestígio ou autoridade estão fora do alcance das mulheres (e se atualmente algumas mulheres acedam a elevados cargos, esta é uma realidade minoritária).

A partir da fala de Stolz (2013), podemos apontar como o feminismo liberal faz parte da estrutura social e está, dentro de um contexto econômico de exploração, onde o conflito é apaziguado por ideologias de caráter alienante, demonstra-se incompatível com uma visão de igualdade e universalização de direitos. É a partir dessa incoerente lógica que Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) afirmam ser as sociedades capitalistas, por definição, sociedades de classes que permitem a uma pe-

quena minoria acumularem lucros privados por meio da exploração de um grupo muito maior, que deve trabalhar por salários.

No entanto, é menos amplamente compreendido ser as sociedades capitalistas também, por definição, a origem da opressão de gênero. O sexismo está entranhado em sua própria estrutura. Ou seja, o feminismo liberal não pretende superar a estrutura que sustenta e entendendo que o sexismo é alicerce da opressão de gênero, o feminismo liberal acaba por reproduzir a opressão sobre as mulheres (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

No entanto, como as autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) enfatizam: o capitalismo não inventou a subordinação das mulheres. A subordinação existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. Porém, o capitalismo estabeleceu modelos de sexismo sustentados por estruturas institucionais e separou a produção de pessoas da obtenção de lucro, ou seja, subordinou as mulheres ao trabalho de reprodução social que não as garante direito enquanto trabalhadoras, pois caracteriza ideologicamente como natural o papel de cuidado e maternidade.

Tecendo críticas ao patriarcado, Stolz (2013) afirma que desde a perspectiva do Feminismo Radical, esse modelo é uma ideologia na qual o homem é, além de mentor, autoridade. Sendo assim, o patriarcado é entendido como uma estrutura de opressão e dominação masculina sobre as mulheres presente na sociabilidade do capital. Denomina-se por patriarcado a ideologia:

> [...] baseada em explicações supostamente verdadeiras, sejam elas de cunho fisiológico (diferenciação sexual), filosófico, religioso, científico, entre outras, justifica que os homens e as mulheres são, em essência, diferentes e, portanto, como os homens são mais fortes e aptos, a eles devem estar subordinadas as mulheres. Ao denunciar a opressão sexual que permeia todas as sociedades, as feministas radicais tornaram visível o fato de

> que as mulheres são coibidas pela simples razão de serem mulheres (STOLZ, 2013, p. 43).

Stolz (2013) aponta a divisão social do trabalho como sendo também, uma divisão sexual entre o que foi construído como funções femininas e masculinas. Em outras palavras, a subordinação e o confinamento das mulheres são reproduzidos como algo natural, negando a historicidade da construção de uma noção de família. Ou seja, como afirma Stolz (2013), por isto, a ideologia dominante se refere à mulher e à família como se tratassem de uma única coisa. Assim, segundo o Feminismo Radical, a questão teórica a debater no seio da teoria feminista era, precisamente, o patriarcado.

Porém, para as Feministas Socialistas, o poder tem suas raízes na divisão das classes sociais tanto quanto o patriarcado (STOLZ, 2013, p. 49). Entendendo que as sociedades humanas estão divididas em classes sociais onde alguns poucos exploram muito em uma acumulação predatória, apontamos estarmos de acordo com a conceituação do feminismo socialista. Entendemos que, para superar a opressão das mulheres, alcançar liberdade e direitos iguais entre os gêneros, é preciso uma nova forma de sociabilidade, não uma reforma ou crítica à estrutura desumana do capitalismo, mas sim uma superação desse modelo bárbaro de exploração humana.

O feminismo liberal e a reprodução corrompida do ideal de igualdade que não alcança a todas.

Um dos grandes feitos do álbum DOCE 22 (SONZA, 2021) foi trazer a mulher como protagonista. Mas, como já afirmamos, entendemos que há um recorte de classe e raça na obra artística analisada. Toda produção humana, necessariamente, parte de um local histórico atravessado pela vivência e a subjetividade do artista. Por isso, procuramos direcionar o debate sobre essa obra, trazendo temas caros ao gênero feminino a partir da visão materialista histórico-dialética.

A liberdade sexual feminina retratada nas músicas MULHER DO ANO XD (SONZA, 2021) e 2000 s2 (SONZA, 2021) trazem para o debate temas tabus para a sociedade brasileira, como sexo oral feminino, sexo casual e a taxação da mulher, expressando a sua sexualidade. Luísa utiliza-se de termos como "bandida", "amor da sua vida", "delícia" e "inocente" para expressar a variabilidade de papéis que podem ser desempenhados por uma mulher.

Nessa perspectiva, afirmamos que o patriarcado estabelece uma contradição desumanizadora, dando ou tirando valor dentro de uma escala de ideal de mulher, ideal esse que serve para reproduzir o sistema econômico e a opressão. Quando Luísa afirma, no programa Música Multishow (2021), que pegou as palavras pesadas – vagabunda e interesseira –, mais foram relacionadas ao nome dela nos últimos anos, e resolveu se apropriar dessas palavras como uma ação de empoderamento. Entendemos essa ação da cantora como a promoção da influência sobre a necessidade de pensar por que, ainda, se taxam mulheres com tais palavras.

Podemos refletir: quando olhamos para uma mulher e a entendemos como "vagabunda" – um olhar de menor valor – não estamos legitimando a violência e a opressão do gênero feminino? Questionar o sentido dessa desvalorização da mulher é algo muito importante para a promoção do debate acerca dos papéis ligados a gênero e classe. Afinal, por que a vagabunda não pode ser o amor da vida de alguém? Por que desmerecemos o respeito e o prestígio pelas vagabundas? Por que negamos a humanidade e seus direitos?

Acreditamos que a resposta está na construção histórica das mulheres através do olhar masculino. Foi o patriarcado que nos denominou e estabeleceu suas regras. Se hoje escrevemos uma crítica a esse sistema, foi graças à luta de outras tantas mulheres as quais, lutaram e morreram por ideias de liberdade. As bruxas, loucas, comunistas, e todas as outras denominações ligadas à repressão do feminino, são nomenclaturas historicamente excluídas, repreendidas, perseguidas e assassinadas. É

um discurso que legitima a morte da mulher, levantando críticas e desenvolvendo um diálogo.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) afirmam que as sociedades capitalistas sempre tentaram regular a sexualidade. Nos primórdios do sistema, cabia às autoridades preexistentes, como igreja e comunidade, estabelecer e impor as normas que distinguiam o sexo aceitável do pecaminoso. Mas, à medida que o capitalismo começou a remodelar toda a sociedade, ele adicionou novas normas e modos de regulação burgueses, incluindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

As autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), inclusive, apontam que novos direitos legais não impedem a agressão contra pessoas LGBTQ+, pois estas continuam a vivenciar violência de gênero e discriminação social. Assim, entendemos que as leis são contraditórias. Como esperar um sistema opressor e machista possibilitasse a plena existência de indivíduos que não se enquadram no modelo patriarcal e que, apenas por existirem, demonstram nos pequenos atos cotidianos subversivos que as condições estão dadas e, não, não são dadas? Ou seja, é necessário afirmar estarmos levantando questões sobre um sistema produzido e reproduzido por seres sociais, e não de uma suposta lei natural e imutável.

Nesse sentido, enquanto a arte de Luísa Sonza levanta provocações acerca da liberdade sexual da mulher, também acaba por alimentar a roda do capital. Pois, na sociedade capitalista, o sexo vende e o mercado o comercializa em muitos sabores. Assim, os movimentos de libertação sexual estão entre entregar mulheres e pessoas LGBTQ+ à dominação religiosa e patriarcal, ou servir uma travessa para a predação direta do capital (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

Partindo dessas considerações, entendemos que, no neoliberalismo, todas as contradições do capitalismo alcançam o ponto de ebulição. "Praticamente ninguém – com a parcial exceção do 1% – escapa dos impactos da desarticulação política, da precariedade econômica e do esgotamento da reprodução social" (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 104).

Entendendo-nos enquanto seres sociais de linguagem e sentido, estruturados pela apropriação da cultura humana, afirmar que a forma como acessamos o mundo e entendemos a realidade fala sobre a forma de nos constituímos como sujeitos, que tentam dar ordem e sentido às contradições do sistema capitalista.

Para mudar as coisas, a gente precisa conversar

A partir da Psicologia Histórico-Cultural, entendemos que a autoestima do sujeito encontra-se assentada sobre o eixo social, apontando o consumo e os bens materiais como mensuradores do valor dos sujeitos. "Assim, os sentidos pessoais sobre o valor próprio e do lugar de cada um é esvaziado. A pessoa passa a ser aquilo que produz e consome" (PONTE e LIMA, 2020, p. 49). A partir dessa concepção, "os indivíduos buscam no consumo uma forma de compensar sua angústia existencial, de aplacar um vazio que se fez no presente e no futuro" (PONTE e LIMA, 2020, p. 51).

A solidão em um mundo onde o individualismo é exacerbado se apresenta para nós como uma questão, tema também citado por Luísa, partindo da nossa interpretação, na música "O Conto dos Dois Mundos (hipocrisia)" (SONZA, 2021):

Toda essa cidade sem ninguém pra conversar
Muito bem, eu tive que ir embora
Sempre soube me virar sem ninguém

Então pensa bem antes de querer falar
Que antes de pensar tu já fala
Todo mundo quer tá no lugar
Todo mundo quer me machucar

Não tem a ver com meu jeito de pensar
Não tem a ver com nada
Sabe, tanta hipocrisia me cansa
Queria ir pra casa

Aqui já não tem mais graça
Pensei que encaixava
Mas não tem a ver com meu jeito de pensar
Nem com meu jeito de cantar

Como é possível sentir-se sozinho em uma cidade inteira? Por que brigamos por um espaço? Por que machucamos uns aos outros? Por que nos isolamos e somos isolados se discordamos? Qual é a graça desse mundo que reproduzimos? Não estamos todos nós procurando dar sentido à existência? Há um sentido positivo na existência em um sistema de todos contra todos – mesmo que seja eu que esteja ganhando? São alguns questionamentos os quais surgem ao acessar a nossa música preferida do álbum.

Acreditamos, a partir de um viés materialista histórico-dialético, que todos nós somos impactados pela desumanização do atual sistema econômico. Ao trazer para a discussão um recorte sobre opressão ao feminino a partir de uma obra artística, estamos, enquanto materialistas histórico-dialéticos, afirmando a necessidade latente da superação de um sistema opressor e misógino. Defendemos que a emancipação humana só será possível através da emancipação feminina, afinal, o capitalismo não sobrevive enquanto economia se as mulheres não fizerem o papel regenerador e produtivo da classe trabalhadora.

Por isso, apontamos, então, ó feminismo liberal ser parte do problema. Marina Soler Jorge (2021) afirma que a identificação do chamado empoderamento feminino ao sucesso no sistema capitalista-patriarcal, este o qual oprime a maioria das mulheres trabalhadoras e racializadas, que sofrem com o estado mínimo e com a violência incorporada em temas feministas despolitizados, instrumentalizados para a defesa de valores patriarcais. Assim, concordamos que esse mecanismo não questiona as desigualdades estruturais produzidas e também nos revoltamos com a ideia representativa de um feminismo que sugere as principais reivindicações das mulheres já terem sido atendidas, e, por isso, o feminismo (para todas) já não seria mais necessário.

> Assim, esse falso feminismo significa uma vitória do patriarcado, uma vez que esvazia as principais reivindicações coletivas feministas, ainda que possa significar melhores oportunidades de ascensão individual para algumas mulheres. A utilização de ideias feministas para fins antifeministas, que reforçam o capitalismo excludente, perpassa não apenas a cultura visual, mas os atos políticos e econômicos de governos e empresas com vistas à manutenção de uma estrutura internacional de opressão. A cultura visual revela-se, portanto, entranhada em uma luta política e econômica mais ampla, da qual é expressão e na qual desempenha papel ideológico fundamental (JORGE, 2021, p. 164).

Partindo dessas colocações, é necessário situar a discussão aqui levantada através de outra música do álbum DOCE 22, "também não sei de nada :D"

> Não tenho a ver com o seu jeito de pensar
> Também não sei de nada
> Quem sabe o jeito é a gente se conversar
> É que muito ego mata
>
> O que causa a dor
> Todo mundo brigando e querendo falar de amor
> Vamos combinar
> Acho que a gente no fundo virou muito faladora (fala muito)
> Tipo um ditador
> (SONZA E SANTOS, 2021)

É necessário conversarmos! A sociedade precisa debater e construir outros caminhos mais humanos e igualitários de sociabilidade. Precisamos nos situar enquanto seres com potencial de criação e comunicação, ultrapassar os limites dos ruídos comunicacionais e produzir uma sociedade que utilize os

meios de produção em toda sua tecnologia para a emancipação humana e a superação dos problemas sociais estruturados pela base econômica vigente.

Conclusão

Procuramos demonstrar como o feminismo liberal não é um movimento emancipatório, mas sim um movimento que reproduz os ideais e a estrutura capitalista. Dessa forma, foi possível discutir, a partir da produção da artista Luísa Sonza, que as contradições encontradas na vida material partem da estrutura capitalista, como, por exemplo, a valorização do acúmulo de capital, que depende do empobrecimento de outros, sendo impossível uma sociedade, onde existe milionários, produzir igualdade entre todos, principalmente no caso das mulheres que são subjugadas pelo patriarcado.

No caso, afirmamos que a ascensão social de algumas mulheres à burguesia não é a solução para a emancipação feminina, mas parte do problema, pois, ideologicamente, reproduz-se um discurso de meritocracia em detrimento de possibilidades que não abarcam todas as mulheres. Mas, produz uma falsa noção de que o feminismo já conseguiu alcançar suas metas através do sucesso de uma ínfima parcela de mulheres que são, socialmente, tão bem sucedidas quanto os homens no poder.

Nesse sentido, entendendo a opressão feminina seja reproduzida em nossa sociedade como uma forma de manutenção do poder do patriarcado, afirmamos a necessidade de uma construção crítica de superação à sub-representação do feminismo liberal atrelado à mídia. É preciso produzir discussões sobre o fatalismo do feminismo liberal para a luta de emancipação de gênero feminino. Entendendo que o governo brasileiro está atrelado a ideais neoliberais que culpabilizam e isolam os indivíduos em uma luta de todos contra todos, onde o Estado se ausenta e os direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora são retirados, é preciso produzir arduamente oposição ao sistema que nos desumaniza, pois entendemos em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 78) que:

> A distinção entre "trabalhadores e trabalhadoras" explorados e os demais, dependentes e expropriados, assumiu diversas formas ao longo de toda a história do capitalismo – escravidão, colonialismo, apartheid e divisão internacional do trabalho – e foi indistinta algumas vezes. Em cada fase, até o presente e incluindo-o, a expropriação de pessoas racializadas permitiu ao capital aumentar seus lucros por meio do confisco de recursos naturais e capacidades humanas por cuja renovação e reprodução ele nada paga. Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos à ex-propriação. Um feminismo que é verdadeiramente antirracista e anti-imperialista também deve ser anticapitalista.

Assim, através de uma análise de Doce 22 (2021), procuramos demonstrar as contradições entre o discurso, a realidade e sua representação nesse dado momento histórico, afirmando que a opressão ao feminino, embora não tenha surgido com o capitalismo, ganha novas formas de se manter na sociedade patriarcal a cada novo tempo e espaço histórico. Apresentamos o feminismo liberal como uma ideia fadada ao fracasso, se tiver como meta a emancipação feminina, pois é impossível produzir igualdade e liberdade no sistema capitalista.

Dessa forma, concluímos convocando todas as pessoas a pensar e discutir a estrutura que nos oprime, pois é apenas através da construção coletiva de novas possibilidades de existência que poderemos emancipar as mulheres e produzir uma sociedade onde a desigualdade não seja regra, e nem minoria, mas que, simplesmente, não exista uma noção de humano em posição inferior. Concluímos afirmando que "o jeito é a gente conversar" (SONZA, 2021).

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%:** Um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo** – a experiência vivida. Tradução: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

DA PONTE, Kely Paula; NUNES, Ana Ignêz Belém Lima (org). **Contemporaneidade e sofrimento psíquico:** o olhar da Clínica Histórico-Cultural. In:__. NUNES, Ana Ignêz Belém Lima (org). Cartas para Vigotski: ensaios em Psicologia Clínica Histórico-Cultural. Ceará, Ed Uece, 2020, p. 45-68.

MÚSICA MULTISHOW. Luísa Sonza - **DOCE 22 | Faixa a Faixa.** Youtube, 20 de jul. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cRP9-91sL5w. Acesso em: 12 de nov. 2021.

Narcocultura visual e feminismo liberal: um estudo de caso. Marina Soler Jorge DOI:__https://doi.org/10.1590/S2178-149420210108. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.34, nº 72, p.148-168, janeiro-abril 2021.

NAVE Beatz, Rafinha RSQ, Rennan da Penha, TIN. São Paulo: **Universal Music Group**, 2021. Digital download, streaming. (38 min).

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. ISBN 978-85-7743-182-3.

SONZA, Luísa. Doce22. Produção artística: Arthur Marques, Dj Thai, Douglas Moda,

SONZA, Luisa. **INTERESSEIRA.** São Paulo: Universal Music Group, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?-v=5js-3DnNvFw. Acesso em: 11 nov. 2021.

SONZA, Luisa; SANTOS, **Lulu, também não sei de nada**. São Paulo: Universal Music Group, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0_PDebj3l2M. Acesso em: 11 de nov. 2021.

SONZA, Luisa. **Mulher do ano XD**. São Paulo: Universal Music Group, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?-v=MC66-bI2f8I. Acesso em: 11 nov. 2021.

SONZA, Luisa. **O conto dos dois mundos (hipocrisia).** São Paulo: Universal Music Group, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BBlk0x1_rUY. Acesso em: 11 nov. 2021.

SONZA, Luisa.Vip. São Paulo: **Universal Music Group**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q3GGH-jpWLcI. Acesso em: 11 nov. 2021.

SONZA, Luisa. 2000 s2. São Paulo: **Universal Music Group**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hnn-XC12sAVg. Acesso em: 11 nov. 2021.

STOLZ, Sheila. Teorias Feministas Liberal, Radical e Socialista: vicissitudes em busca da emancipação das mulheres. **Diversidades nos Direitos Humanos**, p. 29, 2013.

VICENTINI, Rodolfo**. Luísa Sonza manda recado para quem acha que sua fama é só por causa do Whindersson**. Entretenimento Uol, 2019. Disponível em:https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/29/luisa-sonza-manda-recado-para-quem-acha-que-ela-so-e-famosa-por-causa-do-whindersson.htm.Acesso em: 1 nov. de 2021.

VYGOTKY, L.S. (1999) **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes.

Capítulo 3

Sobre quem escreveu...

Chayenne Uchôa de Carvalho
Graduanda no curso de Bacharelado em Psicologia, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Gosta de artes e de estudar o sujeito e seu contexto social. No tempo livre, leituras e séries são seus passatempos preferidos.
E-mail: chayenneuchoa@gmail.com

Clara Regina do Nascimento Evangelista
Mulher, parda, mãe, sonhadora, gosta de artes e busca romper com a submissão feminina. É psicóloga e pós-graduada em psicologia hospitalar.
E-mail: clara.evangelista@hotmail.com

Gleiciane Teles Cardoso
Mulher, pobre, branca. Estudante de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero, Raça, Classe e Sexualidade (GERCLASSE-UVA). Bolsista de Iniciação Científica. Adora escrever sobre tudo. Mulher de alma romântica e rebelde.
E-mail: gleicianeteles2mil@gmail.com

Júlia Maria Martins da Silva
Eu sou a Júlia Maria, moro em Fortaleza, no Ceará. Estudante de psicologia da Universidade Estadual do Ceará. Tenho interesse em psicologia hospitalar, saúde coletiva, saúde da mulher com viés pela abordagem humanista. Sou membro extensionista do Núcleo de Apoio Psicossocial à Comunidade da UECE, monitora e voluntária do Programa de Apoio à Vida no Albert Sabin. Nas horas vagas, gosto de ir à praia, ir ao cinema e visitar lugares novos com a minha família e meus amigos.
E-mail: juliaa.maria1307@gmail.com

Larissa Gomes Pereira
Olá, meu nome é Lari, sou filha da dona Aurenir e do Seu Cláudio. Sou nordestina e analiso o mundo através do materialismo histórico-dialético. Acredito que a emancipação humana é o caminho que a classe trabalhadora precisa

construir rumo a uma vida digna. Sou graduanda do curso de psicologia da Universidade Estadual do Ceará, cantora nas horas vagas e atleta de Muay Thai. Atualmente, sou extensionista do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUSOL) e bolsista de iniciação científica com a pesquisa. As funções humanizadoras da arte em um estudo sobre mulher e trabalho a partir da obra Quarto de despejo.
E-mail: imlarissagomesp@gmail.com

Lavinia Rocha dos Santos Nonato
Lavinia Rocha mora em Fortaleza, no Ceará. Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará. Extensionista no Núcleo de Apoio Psicossocial à Comunidade da UECE. Possui muita afeição pela literatura, música e esportes.
E-mail: lavinia.labjt@gmail.com

Maria do Socorro Gonzaga de Lima
Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST/UFPB).
E-mail: mariasglpsi@gmail.com

Maria do Socorro Roberto de Lucena
Sujeito mulher, nordestina, sertaneja, filha, irmã, amiga e inconformada. Psicóloga e doutoranda em Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - PPGPS/UFPB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho - GPST/UFPB e participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Classe e Sexualidade - GERCLASSE. Trabalhadora da vida que quer ter e dar.
E-mail: 23mariaroberto@gmail.com

Mônica Maria de Mesquita Matos
Mulher, preta, filha, mãe solo, natural de Fortaleza, residente em Sobral, tenho formação acadêmica em Licenciatura em Pedagogia, porém não atuante. Sou trabalhadora de uma instituição hospitalar na área de gestão, por onde se prolonga por oito anos. Atuei como Supervisora de Estágio acompanhando e orientando em um grupo de acadêmicos

do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú na Santa Casa de Misericórdia de Sobral, a convite da Professora Izabel Linhares, na realização de um projeto pioneiro que seria a integração do Curso de Pedagogia no âmbito hospitalar, uma experiência grandiosa. Atualmente, participante do Grupo de estudos GERCLASSE, Cine Poesia e cursando pós graduação em psicopedagogia.
E-mail: monicamespedagoga@gmail.com

Niágara Vieira Soares Cunha
Uma mulher preta que, incansavelmente, busca romper com padrões e luta por dias melhores através do compartilhamento com outras vidas, por meio de militância, de leituras, de encorajamento de mulheres, de escrita, de formação humana e política. Essa vivência foi tomada em 2017 pela presença amável de Lis (minha filha), seguiremos juntas! Sou professora adjunta do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Raça, Classe e Sexualidade (GERCLASSE).
E-mail: niagara_vieira@uvanet.br

Paulo César Zambroni-de-Souza
Psicólogo. Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST/UFPB).
E-mail: paulozamsouza@yahoo.com.br

Ruth Maria de Paula Gonçalves
Nasci pelas mãos de uma parteira em quarto adaptado (antes era uma biblioteca) para que eu viesse ao mundo, em um sítio lindo, cercada de verde! Sou mãe da Mari, com quem tenho aprendido muito sobre o que é o amor e com quem venho escrevendo o maior e melhor de todos os livros: a nossa existência!

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Coordeno o Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho NUSOL/UECE. Sou pesquisadora-colaboradora do IMO/ Emancipa. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: depaularuth@gmail.com

Sâmia Maria Tomás dos Santos
Mulher preta nascida no final dos anos 1990, professora de Educação Física formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), onde percebeu, através de sua vivência pessoal e acadêmica, um distanciamento da cultura do seu povo, no qual autores e autoras negro/indígenas são poucos citadas nas escolas e universidades e que as pessoas negro/indígenas do seu convívio têm pouco contato com esses recursos. Agora, aprofundando alguns fatos históricos e culturais, entendeu, aos poucos, que toda essa questão foi consequência de um processo de embranquecimento da cultura negra e indígena no Brasil. Depois disso, compreendeu a importância de se apropriar da cultura dos seus antepassados e seu grande valor para a construção de uma sociedade que se orgulhe mais de ser o que é.
E-mail: samia.maria1898@hotmail.com

Sarah Baptista de Sá
Eu sou a Sarah Baptista, moro em Fortaleza, no Ceará. Estudante da Universidade Federal do Ceará. Meus principais interesses são a prática clínica juntamente a abordagem cognitivo-comportamental. Sou extensionista e estagiária do Projeto Saúde Mental Mais Perto das Famílias e CAEPES. Tenho bastante apreço pela literatura, gosto de ir à praia e estar cercada de boas companhias, como amigos e família.
E-mail: sarahbaptista@gmail.com

Hino Nacional Brasileiro

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Hino do Estado do Ceará

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira
Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora
2023-2024

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Osmar Baquit
2º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
1º Secretário

Deputada Juliana Lucena
2ª Secretária

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Dr. Oscar Rodrigues
4º Secretário

EDIÇÕES INESP

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

EDIÇÕES INESP

Ernandes do Carmo
Orientador da Célular de Edição e Produção Gráfica

Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura, Hadson França e João Alfredo
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção em Braile

Mário Giffoni
Diagramação

José Gotardo Filho, Saulo Macedo e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

João Victor Sampaio e Ricael Gomes de Oliveira
Estagiário

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação

Valquiria Moreira
Secretaria Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante
Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha, Sandra Bastos Mesquita e Vânia Monteiro Soares Rio
Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studert Vieira
Equipe Auxiliar de Revisão

Site: https://www.al.ce.gov.br/paginas/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp
E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-3701

ALECE

Av. Desembargador Moreira, 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.170-900
Site: https://www.al.ce.gov.br/
Fone: (85) 3277.2500

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora
2023-2024

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Osmar Baquit
2º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
1º Secretário

Deputada Juliana Lucena
2ª Secretária

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Dr. Oscar Rodrigues
4º Secretário

EDIÇÕES INESP DIGITAL

Escaneie o QR CODE e acesse nossas publicações